



A crise política brasileira.

Elementos para a análise

INDICE

EDITORIAL	2
MATÉRIA DE CAPA	3
<i>Um olhar sobre a conjuntura política</i>	<i>3</i>
Por João Pedro Stédile	3
<i>“Precisamos de um governo que combata a corrupção e sinalize um projeto de reforma política”</i>	<i>6</i>
Entrevista com Raul Pont.....	6
<i>A política econômica do governo Lula.....</i>	<i>10</i>
Entrevista com Pedro Paulo Bastos.....	10
<i>Mudará a política econômica do governo Lula?</i>	<i>14</i>
Entrevista com Leda Maria Paulani	14

<i>A macroeconomia de Lula</i>	19
Por Reinaldo Gonçalves.....	19
DESTAQUES DA SEMANA	22
ANÁLISE DE CONJUNTURA	22
“PT: Encontro Nacional Extraordinário já!” pedem Plínio de Arruda Sampaio e Ivan Valente	22
ENTREVISTA DA SEMANA.....	23
O esforço humano pelos descobrimentos está condenado ao fracasso	23
ARTIGO DA SEMANA	28
Corrupção, esquerda e direita	28
Por Emir Sader.....	28
FILME DA SEMANA.....	29
Bom dia, noite.....	29
<i>Bom dia, noite</i>	30
Por Neusa Barbosa	30
DEU NOS JORNAIS	31
FRASES DA SEMANA.....	36
EVENTOS IHU	37
SÍTIO DO IHU TEM ATUALIZAÇÃO DIÁRIA	37
IHU IDÉIAS	39
Arte : verso e reverso.....	39
SALA DE LEITURA	41
Globo 40, comemoração e frustração.....	41
Por Valério Cruz Brittos	41
I CICLO DE ESTUDOS REPENSANDO OS CLÁSSICOS DA ECONOMIA.....	42
IHU REPÓRTER	43
JANDIRA CATARINA SCHWEINBERGER BACK.....	43
CARTAS DO LEITOR	45

EDITORIAL

*Sempre atento à realidade brasileira, o Instituto Humanitas Unisinos (IHU) tem dedicado inúmeras páginas do seu boletim semanal, desde a sua criação, há quase quatro anos, à análise e reflexão das grandes questões sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade brasileira. Consultando o arquivo do **IHU On-Line**, disponível na página web www.unisinos.br/ihu, podem ser conferidas as reiteradas vezes que o tema da conjuntura, especialmente econômico, foi tratado. E isso foi feito sempre de maneira crítica, como cabe a uma publicação universitária, procurando ser o mais possível*

plural, em termos políticos, e com o máximo rigor acadêmico permitido pelos assuntos abordados.

Nesse número retomamos o tema da conjuntura política e econômica do País, instigados pelo tenso momento político atual. Querendo ouvir a voz dos movimentos sociais, publicamos um texto de João Pedro Stédile, da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Coordenação dos Movimentos Sociais. Entrevistamos também Raul Pont, da direção nacional do PT. Os artigos de Plínio Arruda Sampaio, Ivan Valente e Emir Sader mais a síntese das notícias diárias da página web do IHU contribuem, igualmente, para a análise. Essa é complementada com um olhar crítico sobre o programa econômico do atual governo. A economista Leda Maria Paulani, que, nesta semana, estará aqui conosco na Unisinos, presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política, os economistas Pedro Paulo Bastos, professor na Unicamp, e Reinaldo Gonçalves, professor na UFRJ, apostam na necessidade e na possibilidade de um programa econômico mais inclusivo em termos sociais.

Por diversos motivos, a preparação deste número foi difícil. Entre outros, cabe destacar a perplexidade (ou seria desilusão?) engendrada pelo complicado momento político nacional. Ela faz com que muitas pessoas tenham dificuldade em participar do debate político. Elas preferem esperar mais um tempo para que tudo fique mais claro. Algumas, simplesmente, abdicaram de participar desta polêmica. Mesmo assim, com todos os riscos, aqui apresentamos a nossa pequena contribuição para a discussão do momento conjuntural brasileiro.

A todas e todos, uma ótima semana de festas juninas e uma excelente leitura!

[\(Voltar ao índice\)](#)

MATÉRIA DE CAPA

UM OLHAR SOBRE A CONJUNTURA POLÍTICA

Por João Pedro Stédile

João Pedro Stédile é economista, formado pela PUCRS, com pós-graduação pela Universidade Autônoma do México (UNAM). Participa, desde 1979, das atividades da luta pela reforma agrária, sendo um dos fundadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e membro de sua direção nacional. Stédile concedeu uma entrevista sobre Raimundo Faoro, na 64ª edição do **IHU On-Line**, de 16 de junho de 2003 e outra sobre o Fórum Social Mundial, na edição 129ª, de janeiro de 2005. É autor de, entre outros livros, **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997; **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil** (com Bernardo Fernandes). São Paulo: Perseu Abramo, 1999; **Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo** (com Francisco de Oliveira e José Genoíno). São Paulo: Perseu Abramo, 2000. O artigo a seguir reflete a posição do MST sobre a conjuntura nacional atual, e foi enviado por João Pedro Stédile ao **IHU On-Line** na última semana.

Cenário Internacional e a América Latina

A atual crise brasileira tem um pano de fundo: o recrudescimento da política dos Estados Unidos para a América Latina. Alertado por seus aliados na região (as burguesias locais e seus representantes, como Fernando Henrique Cardoso), o governo de George W. Bush, agora em seu segundo mandato, está preocupado com a instabilidade e as resistências de massa, no continente, que em diversos países adquirem caráter de ofensiva e levaram a instabilidade institucional.

Um exemplo disso é a posição que os Estados Unidos estão tomando ao proteger o agente da CIA Luis Posada Carriles, condenado à prisão por terrorismo contra Cuba, Chile e Venezuela. Ligado à máfia anticastrista de Miami, Carriles é considerado um dos principais terroristas do continente.

Esteve envolvido em atentados, como o assassinato do chanceler chileno Orlando Letelier em Washington (1973) e a derrubada de uma aeronave da Cubana Aviação (1976), deixando 73 mortos. Outro indicativo desse endurecimento dos Estados Unidos é a postura agressiva da secretária de Estado, Condoleezza Rice, contra Cuba e Venezuela. Rice acusou o presidente Hugo Chávez de estar por trás da crise na Bolívia, uma hipótese que nem a própria direita boliviana acredita.

Crise de modelo

O capital estadunidense está tentando manter a estabilidade política para seguir controlando o petróleo, o gás, os recursos naturais da biodiversidade, as sementes transgênicas. E tentar também impor o livre comércio por meio tratados bilaterais ou regionais - como o negociado com a América Central (Cafta) - e assegurar a liberdade total de circulação do capital financeiro no continente. Para isso, precisa de estabilidade, de governos aliados. Submissos.

Os quinze anos de neoliberalismo e de espoliação total da riqueza do continente latino-americano produziram uma dominação total do capital internacional que bloqueou alternativas de modelos econômicos, mesmo dentro do sistema capitalista. Como resultado, há uma grave crise de modelo econômico. Há estudos que revelam que, nesse período, nosso continente enviou um trilhão de dólares em remessas para os Estados Unidos e para a Europa.

Essa crise de modelo se transforma em crise política permanente. Hoje, estão se esgotando as formas tradicionais de dominação e manipulação institucional (eleitoral) do povo. A burguesia não tem tido o mesmo sucesso para apaziguar ânimos internos por meio das manobras dos partidos e das eleições. As sucessivas quedas de presidentes, sob forte pressão popular, em alguns países como Equador e Bolívia demonstram que a simples troca de nomes não constitui mais saídas alternativas.

Já as tradicionais "saídas militares", de golpes e repressão, utilizadas pelas burguesias e pelo império no passado, agora, não conseguem se apresentar como alternativas possíveis. Isso porque a verdadeira saída estaria na mudança de modelo econômico.

Certamente, no Brasil, o capital internacional de origem estadunidense e o governo Bush aumentaram sua interlocução com aliados (como tucanos, PFL, sócios nas empresas, gerentes de transnacionais, etc.). Seu objetivo é colocar limites claros na política do governo Lula, em especial no tocante à política externa e em relação à Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

É só lembrar das cobranças públicas que Rice fez ao governo brasileiro para assinar esse acordo. Sabe-se também dos vínculos permanentes que há dos serviços de inteligência que operam no Brasil, com setores ou ex-agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin, ex-SNI), Polícia Federal, e os serviços do império (CIA-FBI). E como atuam sempre, com operações extra-estado, extragovernos.

A situação política do Brasil – Os antecedentes

O povo votou em Lula para mudar a política econômica. No entanto, as alianças eleitorais e os compromissos da Carta ao Povo Brasileiro, em 22 de julho de 2002, fizeram com que tivéssemos um ministério de composição com os interesses do capital e a manutenção de uma política econômica claramente neoliberal. Política essa que está baseada em três pilares: altas taxas de juros, garantia do superávit primário e estímulo permanente às exportações realizada (em sua maioria pelas corporações transnacionais). O governo priorizou suas articulações, para buscar a governabilidade e estabilidade, no apoio da imprensa burguesa e nas alianças com os partidos da direita. Esqueceu-se de construir uma sólida base de apoio popular, a partir de medidas concretas de mudanças sociais.

Ao privilegiar as negociações de cúpula, se afastou dos movimentos sociais de suas decisões. Tentou agradar o mercado financeiro, a mídia, mas esses têm a sua classe: tucano por tucano, preferem o original.

Refém deste tipo de prática política, o governo acabou perdendo, cada vez mais, apoio das forças progressistas e dos setores populares organizados. Internamente, foi perdendo coesão e unidade. Como o governo não tem um projeto de desenvolvimento nacional, isso impede que os ministros tenham uma política unitária, rumo a um mesmo objetivo.

Os objetivos da classe dominante nesse momento

O que quer a classe dominante brasileira em "criar" uma crise política agora, em torno do tema da corrupção? Primeiro, querem inviabilizar um segundo mandato de Lula. Pretendem derrotá-lo agora, antes que consolide sua base política. (E aqui entram as sugestões do império para que seus aliados locais recuperem o controle absoluto do poder político). Não por acaso, a direita mais afoita e insensata chegou a propor impeachment de Lula ou defender em jornais José Alencar como presidente.

Outro objetivo é fazer um novo pacto com o Lula. As classes dominantes somente aceitariam sua reeleição com um novo acordo: mais políticas para a direita e sem alterações na política econômica. A idéia é garantir que o governo Lula complete o ciclo de implementação de todas as mudanças neoliberais, mantendo o povo sob controle, e fazendo novas privatizações (não à toa, são ventiladas propostas de se privatizar Os Correios, como forma de evitar a corrupção). Além disso, a crise serve para a elite impor uma derrota política e ideologicamente à toda esquerda brasileira. Querem criar condições para a criminalização dos movimentos sociais, evitando um processo de reascensão do movimento de massas, como vem ocorrendo em países vizinhos.

Reflexões para a esquerda social

Diante desse quadro, as forças sociais estão diante da necessidade de ter uma tática que decifre o enigma colocado: nem ser conivente com atos de corrupção nem se somar às iniciativas da direita para isolar o governo. E a dificuldade em resolver esse enigma, hoje, é que as forças sociais não conseguem mobilizar o povo, pois estamos vivendo um contexto de descenso do movimento de massas, de apatia das massas. Diante desse quadro é importante que as forças sociais se aglutinem, sobre a base de uma mesma política, como:

1 - Exigir apuração total até as últimas consequências de todas as denúncias de corrupção. Exigir investigação policial, nos casos respectivos, e parlamentar, quando envolve congressistas. Mas exigir que essas investigações atinjam também o período do governo Fernando Henrique Cardoso, em que não se investigou as compras de voto para emenda da

reeleição, dos processos de privatização, da instalação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam); etc.

2 - Denunciar de que a corrupção é o método clássico das elites governarem. Sempre praticam corrupção para dividir o botim do estado, mesmo para se eleger. As doações fantásticas das empresas (os "caixas dois" de campanha) são uma forma muito pior de corrupção. Garantir que o estado repasse elevadas somas ao sistema financeiro é uma forma de apropriação legal, mas ilegítima de recursos públicos.

3 - Denunciar que os verdadeiros problemas do povo estão relacionados com a atual política econômica, neoliberal. E, portanto, é hora de aproveitar essa crise de alianças do governo para que o governo crie coragem e mude a política econômica, encaminhando mudanças no modelo neoliberal; e consiga então recursos necessários para implementar soluções para os problemas do povo, de terra, trabalho, educação, moradia.

4 - Exigir que, no bojo dessa crise, a sociedade discuta a necessidade da reforma política. O sistema atual, de representação partidária, eleitoral e parlamentar, está falido. Precisamos de novas formas de democracia direta, de representação popular, de financiamento público e único de campanhas. E aprovação do direito do povo de convocar plebiscitos sobre temas relevantes da sociedade, conforme projeto já em andamento de iniciativa da OAB-CNBB e apoiado pelos movimentos sociais da CMS.

5 - Debater com a sociedade a necessidade de um novo projeto de desenvolvimento nacional, que reoriente a economia para resolver os problemas do povo, de trabalho, terra, educação, saúde e moradia;

6 - Levar esse debate para a população utilizando todos os meios possíveis: programas de rádio, televisão, jornais e organizar atos políticos para debater essas questões; e exigir as mudanças necessárias.

[\(Voltar ao índice\)](#)

“PRECISAMOS DE UM GOVERNO QUE COMBATA A CORRUPÇÃO E SINALIZE UM PROJETO DE REFORMA POLÍTICA”

Entrevista com Raul Pont

*Raul Pont é deputado estadual, graduado em História pela UFRGS, especialista em Ciências Políticas pela Unicamp. Ele foi professor na Unisinos entre 1977 e 1991. Como político, exerceu as funções de vice-prefeito de Porto Alegre de 1993 a 1996, prefeito de Porto Alegre de 1997 a 2000, deputado estadual de 1987 a 1990, deputado federal de 1991 a 1992. Atualmente, é professor no curso de Especialização em Gestão Pública Participativa na UERGS, em Porto Alegre. Raul Pont é membro do Diretório Nacional do PT, que ajudou a fundar. Construtor partidário, foi secretário-geral e presidente do PT do Rio Grande do Sul. Como candidato ao Senado, participou da primeira eleição disputada pelo partido, em 1982, assim como foi o primeiro candidato pela sigla a prefeito de Porto Alegre, em 1985. Sua elaboração político-teórica resultou em livros publicados, entre os quais citamos: **Da Crítica ao populismo à construção do PT**. Dourados: Seriema, 1985; **Democracia, participação e Cidadania - Uma Visão de Esquerda**. Porto Alegre: Livraria Palmarinca, 2000; e **A Estrela Necessária**. Porto Alegre: Veraz, 2002. No dia 7 de novembro de 2002, Raul Pont apresentou o evento **IHU Idéias**, promovido pelo IHU, no qual abordou o tema *Panorama atual das eleições no Brasil*. Sobre o assunto, ele concedeu uma entrevista ao **IHU On-Line** n.º 41, de 4 de novembro de 2002 e na edição 123ª de 16 de novembro de 2004 abordou, também em entrevista ao **IHU On-Line**, os resultados*

das eleições municipais de 2004. A entrevista, a seguir, foi concedida por telefone ao **IHU On-Line**, na semana passada.

IHU On-Line – Qual é a sua avaliação sobre o quadro que atualmente se desenha no Brasil, em que, de um lado há uma postura de governo, por vezes, conservadora, e, de outro, um cenário em que a imprensa e representantes de partidos de direita atacam o governo...

Raul Pont – Com base em uma denúncia que poderia ser de rotina, ou pelo valor a ela dado, ou pela dimensão que ela já assumia dentro dos Correios, e que veio a público por meio de uma gravação, a situação ganhou um caráter bem maior do que a dimensão do fato em si. Ele foi desdobrado rapidamente para uma situação semelhante no Instituto de Resseguros do Brasil, revelando que um dos partidos que compõe o bloco governista, o PTB, tem como beneficiário do caso denunciado o Partido, ou o seu presidente Roberto Jefferson. Esta denúncia, que, num primeiro momento, poderia ficar circunscrita aos limites de um ato de corrupção, ou de mau uso do dinheiro público, começou a adquirir uma característica bem maior, gerando, de certa forma, uma crise institucional no País, já que o presidente do partido, ao se defender, ou ao tentar explicar a postura dos dois réus confessos que o vinculam a um processo de corrupção, resolveu estender isso para o Partido dos Trabalhadores (PT), para o governo, e desencadeou todo um processo que até agora não se tem claro onde possa terminar. Os depoimentos públicos do presidente do partido têm sido pouco concretos, pouco baseados em indícios claros, ou pesquisas, ou processos anteriores feitos por algum órgão do Ministério Público, ou pela própria polícia. Na ausência disso, nós temos um presidente de partido que usa a tática de que a melhor defesa é um bom ataque e procura se manter na dianteira do foco das televisões, das rádios, agindo como uma metralhadora giratória, atirando em várias direções, tentando comprometer e envolver partidos aliados ao governo, como o Partido Progressista (PP) e o Partido Liberal (PL), afirmando que haveria um grande conluio entre esses partidos e o Partido dos Trabalhadores. Ele procura isentar o governo, isentar a figura do presidente Lula, mas compromete abertamente o PT e os partidos da base governista. Isso acabou gerando uma dimensão muito superior à que realmente possuía, que adquiriu um foro de crise institucional e passou a dominar toda a imprensa. Nós não temos ainda como prever como isso vai terminar. Há uma grande pressão para que o governo estabeleça demissões de ministros. Exige-se uma ação mais contundente do governo, que vem relutando em fazê-la. Aí há um pequeno e um primeiro pecado, que pode se transformar em um grande problema para o governo, porque este pequeno erro de deixar estas coisas se avolumarem e crescerem como em uma paralisia, ou uma incapacidade de responder, com rapidez e eficácia, às acusações, acabam criando uma imagem negativa do governo que pode trazer prejuízos. Este é um governo que, sem sombra de dúvida, é muito melhor que o anterior. Ele ainda não cumpriu todos os compromissos de um partido que luta pelo socialismo, que luta em defesa dos trabalhadores, dos pequenos proprietários, dos pequenos produtores rurais, que chegam ao governo com uma expectativa de grandes e profundas mudanças nesse sentido, mas é um governo que vem demonstrando uma seriedade, uma capacidade muito forte de responder aos excluídos com o Programa Fome Zero, com o Programa Luz para Todos, um programa que inclui a sociedade no uso da energia, da luz elétrica, como um direito, e não a tratando como um simples cliente. Essas populações estão sendo incorporadas por um grande programa a fundo perdido. Houve uma inflexão enorme na política industrial do País, que faz com que as empresas públicas, os bancos, por meio de financiamento, a Petrobras por meio de grandes encomendas, comecem a dinamizar e a fortalecer setores que são importantíssimos, como o

dos estaleiros, da produção de plataformas marítimas de navios, de transporte de óleo bruto, enfim, um conjunto de políticas na área externa de autonomia, de busca de mercados, de fortalecimento de um campo que fique independente e negocie em igualdade de condições com a União Européia, com o Japão, com os Estados Unidos. Estas políticas são muito positivas e devem ser consideradas.

Reforma do sistema eleitoral

Há uma crise institucional, sem dúvida. O governo deveria ter atacado esta questão na raiz com maior agilidade, fazendo uma reforma de que o Brasil precisa, mudando este sistema eleitoral que permite esse tipo de acontecimento. Não há nenhuma determinação *a priori* de que qualquer eleito, qualquer servidor público é suspeito ou corrupto, longe disso. Mas o sistema eleitoral que nós temos, com o voto nominal, sem fidelidade partidária, com a possibilidade de coligações em um sistema proporcional, ainda permite a possibilidade de coligações nas eleições proporcionais. Estes mecanismos são estimuladores da corrupção, da troca de favores, da influência do poder econômico na hora do voto. Eles deveriam ser atacados com muita ousadia pelo governo, com muita firmeza, com capacidade de dialogar com a população.

Política de alianças está equivocada

Eu tenho defendido, no partido, que esta política de alianças está equivocada, só nos levou a derrotas políticas importantes no Congresso, mas, pior do que isso, agora ela está pondo em risco até a estabilidade do governo. A grande mídia no Brasil que não simpatiza com o governo, que pode não ter outros elementos para criticá-lo ou atacá-lo, vem dando um destaque enorme, exagerado, para estes acontecimentos, e praticamente nenhum destaque para outros casos em que a corrupção é muito mais flagrante, em que os processos já estão tramitando em esferas adiantadas, ou na representação pública do Ministério Público, ou na Polícia Federal. Hoje este avanço da polícia sobre a prática de sonegação desenvolvida pela Schincariol, um dos maiores grupos de bebidas do País, demonstra que, assim como as dezenas de casos que vem se desenvolvendo e sendo notícia praticamente todas as semanas, todos os dias, a Polícia Federal, o Ministério Público, vem cumprindo sua função.

Mudança da política econômica

Nós precisamos ter um governo que estimule, ajude, combata efetivamente a corrupção, mas, mais do que isso, sinalize para a população um projeto claro de reforma política, em que iríamos qualificar os partidos, dar maior controle do partido sobre o eleito, acabar com essa vergonha de ter um Congresso com mais de 200 deputados com dois anos e meio de mandato que já mudaram de partido. Esses elementos nos conduzem à afirmação de que a política de alianças está equivocada, a política de altos juros não se sustenta, não tem como manter um país crescendo, distribuindo renda, garantindo uma capacidade competitiva dos nossos produtos fora dele. Para voltarmos a crescer, temos que mudar a política econômica. Não estamos diante de nenhuma catástrofe, muito menos de retrocessos democráticos para o autoritarismo. Neste momento, deveríamos cerrar fileiras para que se pudesse acelerar a votação da Reforma Política que está tramitando no Congresso. Essa reforma permitiria um outro sistema partidário, uma diminuição sensível de pequenos partidos que, em muitos casos, são muito mais instrumentos de troca de influências, balcões de pequenos negócios, trampolim para que muita gente se eleja por meio deles por meio do sistema de coligação proporcional, depois os abandonando, sem nenhum compromisso, sem nenhuma profundidade ideológica, programática com eles. Mas, para corrigirmos essas matérias, teríamos que ter uma maioria

mais comprometida, para que não ocorra de novo o que aconteceu com o Severino Cavalcante presidindo a Câmara Federal, ou esses outros elementos que nós estamos vendo que acontece em todo o País. O governo tem que aumentar e criar mecanismos diretos de participação popular. Nós já mostramos que isso funciona aqui no Estado e aqui em Porto Alegre, que é uma experiência positiva que também garante governabilidade e isso seria já com a Reforma Política uma verdadeira transformação no governo no planalto.

IHU On-Line – O senhor localiza nas virtudes do governo brasileiro alguma coisa que teria incomodado forças conservadoras, determinados interesses que teriam inspirado a orquestração de uma crise?

Raul Pont – É evidente que isso acontece. No comportamento dos partidos, ontem (dia 14 de junho), na careação da Comissão da Câmara, vimos que uma boa parte das pessoas que perguntavam, levantavam questões, ou sugeriram temas, estavam muito mais interessadas numa disputa com o governo, com o Lula, ou com o PT, e menos de cingir o debate às acusações e exigir as respostas para aquelas questões que estão comprovadamente irregulares, ou que são frutos de práticas inaceitáveis, que não dialogam com a administração pública, com uma noção republicana da coisa pública. É evidente que estes partidos estão procurando tirar proveito disso, pensando talvez na eleição do ano que vem. Isso, porém, não pode ser evitado nem de forma autoritária, nem ingenuamente, achando que isso não faz parte da disputa política, do jogo político que nós temos em qualquer momento na sociedade. Essa questão não vai deixar de existir. O PSDB, o PFL, e esses partidos continuarão junto com os seus aliados, tentando ocupar um espaço maior na esfera política. São coisas simples que podem ser feitas pelo governo Lula, mas que teriam um simbolismo muito forte, por exemplo, esta relação direta com a população, com a criação de mecanismos de democracia significativa, de melhoria dos baixos salários, de uma política efetivamente diferenciada, permitindo que ganhem mais os que ganham menos, para que possamos recuperar um pouco a qualidade de vida e as condições do País. Aqui no Rio Grande do Sul, nós votamos recentemente um piso salarial que tem poder legal para aquelas categorias que ainda não têm dissídio, ou que, no seu dissídio, o básico é inferior a isso. É claro que milhares de pessoas se beneficiarão desta medida, caso ela venha a ser aprovada na Assembléia. Assim como temos iniciativas deste tipo, devemos ter iniciativas no campo da Reforma Política para o País. Temos que ter uma situação bem mais ofensiva neste caso da Reforma Política. O governo, deveria sinalizar para a sociedade que quer fazer esta reforma, que tem interesse em levar adiante este processo, uma vez que o fim do voto nominal, o voto por lista, o voto com fidelidade partidária garantida, com o controle do partido, com o fim das coligações proporcionais, daria um outro Congresso no ano que vem. Nós teríamos uma outra relação em que diminuiríamos muito o poder econômico e a corrupção que vem junto com o voto nominal. Assim, poderemos enfrentar este processo eleitoral cada vez mais absurdo que existe no Brasil. Para termos um outro sistema, o governo teria que sinalizar que quer isso, que está lutando por isso. E se não tem a maioria hoje, no Congresso, para transformá-lo em lei, tem, no mínimo, respaldo e representação política do presidente Lula para tornar esse debate público por meio dos grandes meios de comunicação, sinalizando que o governo quer votar nisso, criando uma pressão da opinião pública sobre o Congresso para que estas medidas sejam votadas. Outro caso é o da Reforma Tributária, para acabar com a Guerra Fiscal dos Estados, acabar com a renúncia fiscal. Esses mecanismos teriam que ser jogados para a opinião pública, para que as pessoas pudessem ter a dimensão clara do que significa isso. A maioria das pessoas não consegue acompanhar ou debulhar, entender no detalhe, ou no conjunto das suas conseqüências, grande parte das leis

que passam no Congresso. Há coisas que são simbólicas, que o governo deve tornar mais didáticas e polarizar a opinião pública em torno dessas questões simbólicas apresentadas didaticamente, para que as pessoas possam efetivamente usar mecanismos como o do plebiscito, construir mecanismos de participação popular, de democracia participativa direta. Estes são os instrumentos que o governo federal deveria estar utilizando hoje e, com isso, conciliando e pavimentando uma vitória na reeleição do ano que vem e dando continuidade a estas mudanças. Mas, para isso, tem que mudar a taxa de juros, tem que ter ousadia de chamar a participação popular, como a gente fez. Temos uma experiência acumulada aqui, com o governo do Olívio Dutra, os 16 anos que trabalhamos na frente da administração popular de Porto Alegre, que mostraram ser possível governar com melhoria. Se quisermos atacar o que há de errado, precisamos atacar a raiz do problema central, que é o sistema político, porque ele estimula e cria as condições para isso. Aí entrariam, junto com a ampliação da participação popular no governo, os grandes elementos com os quais o governo Lula poderia contar para se redirecionar e caminhar para uma vitória no ano que vem.

[\(Voltar ao índice\)](#)

A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO LULA

Entrevista com Pedro Paulo Bastos

*O Prof. Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, foi entrevistado pelo **IHU On-Line** na última sexta-feira, por telefone, sobre a atual conjuntura nacional. Graduado em Ciências Econômicas e mestre em Ciência Política, Pedro Paulo Bastos é doutor em Ciências Econômicas pela Unicamp. Sua tese intitula-se *Dependência em Progresso: Fragilidade Financeira, Vulnerabilidade Comercial e Crises Cambiais no Brasil, 1890-1954*. O professor foi um dos coordenadores do Encontro Nacional de Economia Política realizado em Campinas, no último mês de maio, pela Sociedade de Economia Política, que elaborou a **Carta de Campinas**. A referida carta pode ser lida na 144ª edição do **IHU On-Line**, de 6 de junho de 2005.*

IHU On-Line – Como o senhor vê a saída de José Dirceu do ministério?

Pedro Paulo Bastos – A saída do José Dirceu faz parte de uma estratégia mais geral do governo de, em primeiro lugar, ter uma figura mais forte no Congresso. Desde a substituição do João Paulo Cunha o Congresso está completamente desgovernado no que tange a agenda do governo federal. Mas é lógico que esse não é o único significado da saída do José Dirceu. Isso está articulado a outras duas coisas. A primeira: tirá-lo do executivo, porque não sabemos ainda o grau de envolvimento que ele pode ter com todas essas denúncias, então é melhor que ele esteja no Congresso do que no Executivo. E a segunda, é vincular a saída dele a uma reforma ministerial mais ampla, que vai ter o sentido de trazer partidos maiores para a base de apoio do governo de uma maneira mais consolidada. Eu posso estar enganado, porque tudo ocorre com uma velocidade tão grande que não sabemos o que pode aparecer nos jornais de domingo [a entrevista foi concedida na sexta-feira última] em termos de novas denúncias. Essa reforma ministerial vai abrir espaço para o PMDB entrar mais no governo de maneira que o PT não fique tão dependente desses pequenos partidos, que foi basicamente a estratégia política que o José Dirceu tinha constituído desde o início do governo. Ao contrário do governo Fernando Henrique, que tinha também relação com partidos menores, mas podia negociar mais concentradamente, porque tinha a seu lado o PFL e, às vezes, o PMDB, acredito que o PT vá partir para essa

estratégia mais concentrada de sustentação política com a aliança privilegiada com um grande partido. Isso vai modificar a base de sustentação política do governo, desde que recupere o mínimo de estabilidade política, repetindo um pouco o estilo de sustentação característico do governo Fernando Henrique Cardoso.

IHU On-Line – Como se deu o contexto da elaboração da Carta de Campinas, bastante crítica ao governo Lula?

Pedro Paulo Bastos – É preciso esclarecer que, em geral, a Sociedade de Economia Política não é uma sociedade política, uma ONG, ou uma organização partidária, nem está vinculada a nenhum partido político em particular, e não tem como principal finalidade influenciar o debate político no País. É uma sociedade de cunho acadêmico e científico, que realiza congressos anuais sobre temas diferenciados, em que são apresentados *papers* científicos. Desde o ano passado, se considerou que havia a necessidade de um maior posicionamento político da entidade, porque há um conjunto muito grande de economistas que está na entidade que foram petistas, muita gente do PSDB, mas que comunga uma visão muito crítica da política econômica. Esse posicionamento foi feito na Carta de Uberlândia¹, no ano passado, no encontro que foi em Uberlândia, que já trazia algumas críticas à repetição reforçada pela mesma política do regime macroeconômico herdado do governo FHC pelo governo Lula. Só que ainda existia, no ano passado, um certo compasso de espera, porque o argumento do governo, pelo menos para a sua base, que criticava esse tipo de adesão ao pensamento único, era de que se passava por uma primeira fase, vinculada à necessidade de superar a crise cambial e financeira que tinha sido levantada no processo sucessório em 2002, pelos escândalos nas bolsas americanas, pela crise argentina, e que posteriormente seriam criadas as condições para uma virada estratégica em que finalmente a proposta de desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores, em uma aliança ampla, teria condições de se efetivar. Depois desse encontro, ficou muito claro que nada disso é verdade. Do ponto de vista político, pessoas vinculadas a essa proposta alternativa saíram. Aí, o caso mais emblemático é o do Carlos Lessa. Por outro lado, o movimento de redução das taxas de juros, que tinha ocorrido com base na idéia de que já se tinha superado a crise inicial que legitimou o aumento muito forte da taxa de juros, não apenas foi interrompido, como foi revertido por nove meses. Com isso, aumentou a pressão da base do executivo para garantir a independência do Banco Central, e para amarrar também futuros governos, votando um projeto plurianual, que define superávits primários muito elevados, que preservam esse superávit atual e até abre possibilidades de aumentá-lo. Além disso, foi eliminado do foco de decisão política do Presidente a definição de qual vai ser a política fiscal e a meta de superávit que o futuro governo vai buscar alcançar. Isso porque o projeto plurianual tenta pré-definir quais serão as metas de superávit nos próximos cinco anos. Então, isso tudo mostra que não ocorre apenas uma repetição dessa política, que é incapaz de permitir o crescimento sustentado da economia brasileira, mas que também proporciona uma consolidação da coesão política do governo no sentido de garantir a sustentação da mesma política, não apenas ao longo desse governo, mas para os próximos governos. Ficou claro que foi por água abaixo a idéia de que uma primeira fase seria depois substituída por um outro projeto. É por isso que, na Carta de Campinas, o posicionamento desses economistas, que não são apenas petistas, muitos são ex-petistas, que, em geral, não

¹ A **Carta de Uberlândia** foi divulgada em 11-06-2004, no encerramento do IX Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), realizado de 08 a 11-06-2004, em Uberlândia, Minas Gerais (Nota do **IHU On-Line**).

compartilham dessa visão de política econômica que o governo federal tem, foi muito mais agressivo e aberto do que aquele que foi realizado em Uberlândia no ano passado.

IHU On-Line – Quais as críticas mais pontuadas feitas ao governo que aparecem na carta?

Pedro Paulo Bastos – A crítica fundamental que se faz a essa política é a seguinte: a idéia é a de que basicamente o governo Lula realizou um contrato de credibilidade com os mesmos interesses que eram favorecidos ao longo do governo Fernando Henrique, reforçando características institucionais da política econômica que eram favoráveis a esses interesses. Por exemplo, preservou e reforçou a livre mobilidade internacional de capitais, a possibilidade dos especuladores entrarem e saírem dos mercados de capitais do Brasil, quando bem entenderem, não em função de objetivos políticos e estratégicos do País, mas em função de seus interesses de curto prazo de realização de lucros. Essa finalidade estava clara antes ainda do governo assumir e tinha o objetivo muito claro de apreciar a taxa de câmbio. Por que a apreciação do real? Porque essa é a outra parte do contrato de credibilidade que o governo resolveu realizar, que é um contrato de credibilidade com empresas locais endividadas em dólar, muitas delas que aproveitaram a privatização de ativos públicos do governo Fernando Henrique, e que geram receita em moeda local, mas que tem passivos em moeda externa. Esse desequilíbrio patrimonial, social, esse descasamento de moeda entre ativos e passivos, é um elemento fundamental existente por trás da crise financeira e cambial de 2002. A maneira de o governo reverter essa crise é não impondo controle de capitais ou induzindo um processo de renegociação dos compromissos externos ao que era até esperado pela banca internacional, mas basicamente reforçando o câmbio, a mobilidade de capitais e sinalizando às empresas e aos bancos também, que terão plenas condições de gerar receita em reais para pagar dívidas que vão ser depreciadas por conta da apreciação do real. As dívidas são externas. Então, evidentemente, quanto mais apreciado está o real, mais barata é essa dívida externa. E essas empresas terão garantia de geração de receita em reais para sustentar o seu patrimônio, porque elas compraram ativos públicos com endividamento externo, por meio de uma política de preço de tarifas administradas fortemente favorável a elas e desfavoráveis aos consumidores. Não haveria nenhum tipo de quebra de contrato, mesmo que as empresas desses setores não cumprissem suas metas de expansão do sistema, mesmo que elas precisassem renegociar dívidas com o BNDES, utilizando subsídios públicos fiscais, mesmo que elas precisassem renegociar os pontos que lhes eram desfavoráveis. O governo não realizou nenhum movimento de, por exemplo, alterar regras de formação de preços desses monopólios privados de serviços públicos, muitos deles constituídos em condições extremamente suspeitas do ponto de vista da legalidade da transferência patrimonial que foi realizada. O governo não realizou nenhum movimento de, por exemplo, substituir a regra de correção do IPA ou do IGP, pelo IPCA. A estabilidade monetária vai ser garantida por um regime de metas inflacionárias e não por qualquer tipo de controle cambial que, de fato, garanta a estabilidade cambial.

Economia brasileira x economia mundial

É preciso entender que, devido a diversas circunstâncias, a economia brasileira só cresce quando a economia mundial puxa. Não foi por causa do governo Lula que tivemos esse crescimento de 5% no ano passado. Não foi apenas porque a base do ano anterior era baixa, mas porque a economia mundial puxou, mesmo que o Banco Central e o governo federal, por meio da política fiscal e cambial, fizessem tudo para que esse crescimento não fosse

multiplicado aqui no Brasil, para que, quando a economia mundial puxasse o Brasil pelos cabelos, a economia brasileira não reagisse tanto e não se acelerasse demais. A política para o exterior foi exatamente de tentar desacelerar esses recursos de crescimento determinados pela economia mundial. Isso porque, como esses impulsos provocam aumento dos custos das *commodities* importadas, vinculados também não só ao impulso da economia mundial, mas à inflação do preço das *commodities*, e por causa desses contratos absurdos, ocorre a inflação dos preços de serviços não-vendáveis. A reação do governo para evitar que as metas inflacionárias não sejam realizadas, cumpridas, é não questionar essa estrutura de custos, mas evitar que os empresários dos setores competitivos possam transferir pelo menos parte dessa expressão de custo para os seus preços finais. Como? Reduzindo suas margens de lucro. O governo faz isso elevando sua taxa de juros, reduzindo o crescimento prospectivo dos mercados competitivos e forçando as empresas a cortarem preços, cortarem margens de lucros e demitirem trabalhadores ou diminuïrem os custos do trabalho para que elas consigam preservar a parcela de mercado sem transferir a expressão de custo que essa política econômica produz. A única maneira de fazer com que a economia caiba na meta é desacelerar o seu crescimento, jogando todo o prejuízo e o custo do ajuste da preservação da meta ao setor competitivo, ao setor de empresas competitivas e aos trabalhadores que estão empregados nesses setores. A meta de inflação no Brasil não é ambiciosa, em geral. 5% não é muito, é muito apenas dados os instrumentos que o governo mobiliza. Se o governo não faz nada para garantir a estabilidade cambial, ela vai produzir uma elevação do preço das *commodities*. Quando a taxa de juros aqui começar a cair porque o governo conseguiu jogar o setor competitivo na lona e foi incapaz de rebaixar a pressão de custos e os preços ficaram dentro da meta de inflação, a taxa de juros vai cair. É como se o governo tivesse dito assim: “Olha, vocês dizem que eu não tenho credibilidade. Como não? Eu vou mostrar que não apenas vou fazer o que o Fernando Henrique fez, como vou fazer ainda mais. Vou aumentar o superávit fiscal, vou aumentar as taxas de juros, vou reduzir as metas de inflação, só vou usar a política de juros para combater a inflação, não vou dar reajustes salariais exagerados para os servidores públicos, inclusive vou resolver finalmente a questão previdenciária contra os aposentados. Estou dando para vocês um cheque em branco, vocês têm que acreditar que eu sou crível, serei mais crível ainda do que o Fernando Henrique Cardoso”. O governo Lula pagou para que acreditassem nele, para que ele assumisse, sentasse na cadeira, e fizesse as mesmas coisas que o governo FHC. Ele pagou só que não foi com o dinheiro dele, foi com o dinheiro do povo brasileiro, dos aposentados, dos que necessitam dos serviços públicos e dos que pagam essas tarifas absurdas para os monopólios privados.

IHU On-Line – O senhor considera que há outros interesses que “conspiram” contra o governo na conjuntura atual? Pode estar em curso um golpe ou um movimento capaz de inviabilizar o atual governo e sua sucessão?

Pedro Paulo Bastos – É possível, porque o governo desenvolveu uma estratégia que punia sua base de apoio e não executou políticas que aumentassem a sua popularidade, não só do Lula, mas do governo como um todo, e que sustentasse uma política que não precisasse tanto desse jogo parlamentar inescrupuloso que aparentemente o governo veio fazendo. Como ele prejudicou sua base de apoio e perdeu a popularidade perante a população, ele precisa recorrer a esses mecanismos parlamentares, às bases de sustentação que não são as históricas do Partido dos Trabalhadores. Isso mostra o grau de dependência do governo dessa base absolutamente inorgânica e de direita. Mesmo que o Lula esteja se dizendo uma pessoa crível e capaz de defender os interesses dessa base de direita com a presteza maior que a do

Fernando Henrique, é evidente que ele, e particularmente o PT, continuam não sendo confiáveis. É como o novo domador que chega no circo. Ele precisa domar o leão enorme que está na frente dele. O que ele faz? Ele dá mais carne do que o outro domador dava. Depois de um tempo, ele ganha a confiança do leão e decide diminuir a quantidade de carne. Ele dá menos carne para o leão, que come o braço dele. É mais ou menos isso que está acontecendo. O governo Lula está completamente dependente dessa base de apoio inorgânica, que não confia muito nele e vice-versa. Se houver possibilidade de jogar o Lula aos leões de vez, o Lula vai ser jogado aos leões, o governo vai ser desestabilizado mesmo e a sua base de apoio completamente nocauteada pelo conhecimento dos tipos de método que esse governo fazia para cooptar essa nova base.

IHU On-Line – O que a sociedade civil, movimentos sociais, etc., podem e devem fazer neste momento?

Pedro Paulo Bastos – Os movimentos sociais que têm base de apoio no PT, vão tentar estimular as esquerdas do partido para fazer alguma coisa. A tendência é a de que não somente os movimentos sociais se revoltam com o estado dos fatos, mas também a opinião pública. O tipo de solução organizada que isso pode ter é pequeno. Quem vai colher os frutos dessa falência política do governo não vai ser a sociedade civil, mas os interesses que estão na oposição do governo Lula, muito provavelmente. De qualquer forma, sem controle de capitais, sem mexer no direito dos monopólios privados de colocar os preços monopolistas onde queiram, sem garantir estabilidade cambial por meio desses controles do movimento de capitais, sem redução da taxa de juros, sem redução do superávit fiscal, é evidente que as bases para um crescimento sustentável, para um governo que seja sustentavelmente popular, do ponto de vista da popularidade, ficarão enfraquecidas. Sem isso, sem essas modificações estratégicas e econômicas de geração de emprego, de controle da inflação, etc., muito dificilmente qualquer outro governo vá ter condições de estabilidade política, porque o grau de crise, de herança maldita que o governo Fernando Henrique deixou, de fato, é muito grande.

[\(Voltar ao índice\)](#)

MUDARÁ A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO LULA?

Entrevista com Leda Maria Paulani

*Leda Maria Paulani, professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP e presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), é doutora em Teoria Econômica pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da USP com a tese intitulada Do Conceito de Dinheiro e do Dinheiro como Conceito. Paulani também obteve livre-docência pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, com a monografia Modernidade e Discurso Econômico. É autora de diversos livros, entre os quais **A Nova Contabilidade Social** São Paulo: Saraiva, 2000 e o recém-lançado **Modernidade e discurso econômico**. Boitempo Editorial, livro no qual analisa as raízes filosóficas e ideológicas do que chama de doutrina neoliberal. De Leda Paulani publicamos uma entrevista na 144ª edição do **IHU On-Line**, de 6 de junho de 2005, e um artigo na 145ª edição, de 13 de junho de 2004. A professora estará na Unisinos nesta semana, convidada pelo IHU, participando do **I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia**. O evento acontecerá no próximo dia 23 de junho, quinta-feira, das 14h às 17h, na sala 1G119, junto ao IHU. Na ocasião, ela falará sobre **O Capital** de Karl Marx. O título da sua aula é A utopia de um novo paradigma para a economia. A economista concedeu a seguinte entrevista ao **IHU On-Line**, ontem, domingo 19 de junho, de sua residência, por telefone.*

IHU On-Line- Como a senhora vê a saída do ministro José Dirceu? Ela vai reforçar a política econômica ortodoxa do ministro Palocci?

Leda Paulani- A saída em si era um desdobramento previsível da crise política. As consequências para a política econômica são especulações, mas, evidentemente, há uma expectativa de fortalecimento do ministro Palocci, uma vez que, no Planalto, até agora, as duas maiores figuras eram o ministro Palocci e o ministro Dirceu, com a saída deste, Palocci fica como estrela solitária. Não diria que isso com certeza vai provocar um aprofundamento da política ortodoxa, mas que ele vai ter muito mais espaço político agora não resta dúvida. Será um espaço político para continuar a fazer a política econômica do jeito que está fazendo e aprofundá-la se for preciso.

IHU On-Line- A imprensa, hoje, publica a notícia sobre o projeto entregue pelo deputado Delfim Neto ao presidente Lula e ao ministro da Fazenda, de zerar o déficit nominal do País num prazo de seis anos para poder reduzir a taxa de juros. O que significa tudo isso? Como a senhora vê esse projeto ou as informações que estão sendo levantadas sobre ele?

Leda Paulani- É um projeto de inspiração ortodoxa. Ele parte do princípio de que o déficit público é uma espécie de mau passo que precisa ser punido com a penitência, esquecendo que isso faz parte das economias capitalistas do mundo. Inclusive, a dívida pública foi uma das primeiras formas de acumulação primitiva de capital, nos inícios do sistema capitalista, mas há uma interpretação disso que puxa para o senso comum e que faz parecer que deve ser assim mesmo. Se o País tem um déficit muito grande, ele tem que fazer um grande esforço na economia para acabar com o déficit, então aí vem o paraíso. Eu lembraria que 80%, no mínimo, desse déficit, deve-se a esse próprio modelo. Não é um déficit originado em um enorme gasto do Estado sem controle, não tem nada disso. O déficit cresceu substantivamente pela própria política de juros. Desde a primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso vem sendo utilizada como única ferramenta da economia. Assim, quando houve a crise asiática em 1997, a taxa de juros chegou a quase 50%. Depois, em 1998, quando houve a crise russa, de novo houve uma enorme elevação da taxa de juros. Em 1999, houve a crise cambial, antes disso, houve uma manutenção forçada e artificial da taxa de câmbio em um patamar muito baixo que redundou na crise cambial e, logicamente, em um aumento da dívida pública. Depois da crise cambial, quando se adota o regime de taxa de câmbios flutuantes, continua sendo utilizada a taxa de juros fundamentalmente. Então, se faz um enorme esforço fiscal, com superávit para reduzir o tamanho da dívida de um lado, mas de outro lado, se aumenta a dívida com uma taxa de juros real injustificadamente elevada. Há que desmitificar um pouco esse processo. Agora, *stricto sensu*, a política de fazer um aperto fiscal maior do que já é, para, em princípio, ter espaço para reduzir a taxa de juros, do ponto de vista da economia é trocar seis por meia dúzia. Pensando nas variáveis que determinam o comportamento do produto, consegue partilhar os juros e, em princípio, estaria incentivando os investimentos, mas, de outro lado, está contraindo ainda mais os gastos públicos. Muito mais do que já estão contraídos, porque o Estado arrecada muito, mas paga muito de juros da dívida.

IHU On-Line - A senhora acha que o projeto de Delfim Netto, de fato, vai ser implantado?

Leda Paulani - Acho que é possível, sim, porque como há um grito geral em relação à taxa de juros, então politicamente, ainda mais no meio dessa crise, pode ser interessante reduzir a taxa de juros sem afetar o modelo. Pode-se fazer essa redução, ou pelo menos uma manutenção da

taxa de juros e que ela produza o efeito político desejado e de outro lado aumentar o aperto fiscal. Em função do cenário político mais complicado e dada a reclamação, tanto por parte das posições mais a esquerda, mas também dos próprios empresários sobre as altas taxas de juros, acho que esse modelo tem grandes chances de ser implantado. Agora há as especulações de Delfim Netto voltar a ser ministro.

IHU On-Line - Embora ele negue...

Leda Paulani - Exatamente. Se for, porém, adotado um modelo proposto por ele, fica uma certa obrigação do governo de colocá-lo no do ministério. Colocar alguém que foi ostensivamente ministro da ditadura como ministro de um governo do PT seria muito complicado. Se bem que o governo do PT já não tem mais nada do que se esperava e do que prometeu, mas para todos os efeitos é um governo do PT, ou seja, politicamente não é muito fácil admitir alguém como Delfim Netto como ministro do governo Lula. Esse fato pode se tornar um empecilho para adotar, de forma direta ou imediata, essa proposta.

IHU On-Line - Que outras propostas o governo poderia adotar, considerando o patamar ao qual chegou?

Leda Paulani - O governo Lula, do ponto de vista da política econômica e em vários outros aspectos, tocou o governo como Fernando Henrique já vinha fazendo. Queimou-se um capital político muito grande que teria permitido espaço para mudanças no início do governo. Nessa altura do campeonato, tentar mudar, tem um custo, mas ainda assim, acho que é um custo que deveria ser avaliado, porque se você muda essa direção, de fato tem perspectiva de crescimento mais sustentável. São rumos que diversas pessoas estão comentando por aí e que nós resumimos na Carta de Campinas². Uma delas é o controle de fluxo de capitais, a outra é acabar com o regime de metas de inflação, porque ele realmente não funciona numa economia com taxas de câmbio flutuantes e com preços administrados com muito peso nos índices. Precisamos lembrar que esses preços são de serviços cuja propriedade são de não-residentes, de empresas estrangeiras. Elas são muito dependentes do comportamento do câmbio. Toda vez que o câmbio sobe há uma grande pressão sobre o governo para autorizar aumentos, mas quando o câmbio cai, como está ocorrendo agora, não há a atitude contrária, evidentemente. Então o País fica na mão dos interesses desses grandes grupos, do ponto de vista de serviços essenciais como energia elétrica, comunicações, etc. Na realidade, haveria que alterar a política de determinação de preços, que passa pelos acordos desses grandes grupos com o Estado. Se isso acontecer, estaria colocando sob o arbítrio do Estado, se houvesse vontade política, uma parte substantiva dos índices de preços. De outro lado, havendo controle dos fluxos internacionais de capitais, a taxa de câmbio se torna mais estável. O que desestabiliza a taxa de câmbio é a balança de capitais. Hoje, apesar de nós termos um equilíbrio na balança de transações correntes, continuamos externamente vulneráveis por conta dessa liberdade de fluxos de capitais. Com essas duas medidas, se realizaria uma mudança de modelo. Haveria outras coisas como uma reforma tributária que, de fato, seja reforma e não o que foi feito. Uma reforma que penalize e tribute mais a propriedade, tribute também a renda de um modo mais progressivo. Precisa tributar mais fortemente as faixas mais altas de renda. Hoje quem ganha mais de dois mil e cem reais é milionário, porque paga 27,5% de imposto de renda. A partir daí

² A referida carta pode ser lida na 144ª edição do *IHU On-Line*, de 6 de junho de 2005. (Nota do *IHU On-Line*)

tanto faz quem ganha 2 mil e cem reais ou cinqüenta mil reais por mês, pagam o mesmo imposto proporcionalmente. Existem algumas questões importantes que devem ser revistas: os impostos que recaem sobre a sociedade, a reforma agrária, entre outras..

IHU On-Line - Quais foram as repercussões da Carta de Campinas?

Leda Paulani - Como sempre, a grande imprensa ignorou completamente. Já no ano passado, com a carta de Uberlândia, houve uma pequena repercussão na grande imprensa, porque ela faz questão de ignorar. Repercutiu mais na Internet, e o único veículo da grande imprensa que deu espaço foi a revista Carta Capital. Este ano, porque o encontro foi na Unicamp, uma instituição importante, a imprensa esteve muito presente no evento na época, mas depois, quando saiu a carta mesmo, ninguém publicou. Foram publicadas informações do encontro, mas não a carta. Nossa intenção não é escrever a carta e mandar para o governo, e sim que a sociedade brasileira tenha acesso a ela e quem tem obrigação de divulgar é a grande imprensa. Nós somos absolutamente marginais a esse pensamento econômico que domina o governo Lula. Nossas vozes serão sempre abafadas, mas achamos que é nossa obrigação falar.

IHU On-Line - Olhando para a crise atual do governo, qual pode ser seu andamento. Há quem pensa que se trata de uma conspiração contra o governo e até chegou a se falar em possível golpe. Como a senhora vê essas afirmações?

Leda Paulani - Essa história do golpe, na realidade, só pode vir do próprio PT, dos grupos mais ligados ao governo. A idéia de que tudo isso seria fruto de uma conspiração que está sendo articulada pelo PSDB e a mídia é uma hipótese absolutamente inaceitável, porque o PSDB não tem nada a ver com as confusões que o PT arrumou, fazendo alianças com PTB, etc. Quem fez as denúncias maiores são aliados do próprio governo. O próprio governo está interessado nessa versão para diminuir o peso dos problemas de corrupção. Evidente que a versão de que um golpe da direita está querendo tirar o Lula do governo acaba tirando o foco da corrupção em si. Até acho que, para o PSDB, o grande inimigo político (somente político, não de projeto, o projeto dos dois partidos para o País é o mesmo, é uma briga de poder, de ver quem vai comandar o projeto se o PT ou o PSDB), não interessa roer a corda até arrebentar. Interessa para ele manter esta situação de crise até 2006. E se não vem daí, vem de onde? Dos militares não, porque não há mais condições históricas para isso. O governo Lula não está ofendendo interesses constituídos no Brasil. Quando esses interesses são atacados é que a perspectiva de golpe aparece. Pelo contrário, a política do governo Lula tem privilegiado os interesses dos que sempre dominaram o País.

IHU On-Line - Como está sendo refletida esta crise dentro do PT, haverá novas rupturas?

Leda Paulani - No início do governo, quando ele começou a adotar aquelas medidas muito ortodoxas, houve uma interpretação diferente. Vários pensavam que se tratava de uma estratégia de início de governo, apenas para evitar que a crise se aprofundasse, mas que depois o verdadeiro projeto do PT seria implementado e outros, como eu, falamos, desde o início, que esse modelo é sem volta e que seria muito difícil qualquer alteração de curso. Nesse meio tempo, houve a expulsão de alguns parlamentares e, no interior do PT, permaneceu um grupo de 15 a 20 parlamentares, que vem criticando o governo, mas não saem do PT, como Ivan Valente, Walter Pinheiro e outros. Os que saímos do PT, há muito tempo, os questionamos, perguntando o que estão fazendo ali ainda. Eles sempre dizem por que continuam no partido. Agora está cada vez mais difícil a situação deles. Se eles são, de fato, pessoas honestas que ainda acreditam e lutam por uma mudança efetiva do País não podem

compactuar com esse nível de corrupção. Se por um lado, se acaba de destruir o PT na forma como ele se colocou na história brasileira, de outro lado, o PT vai ficar como outro partido qualquer, aliás já é como outro qualquer, tudo o que diferenciou o PT já foi jogado fora. De qualquer maneira, a permanência desse grupo faz barulho, para todos os efeitos é um grupo do PT que está criticando o que o governo está fazendo. Talvez o resultado desta crise faça com que o PT fique mais homogêneo no pior sentido. No sentido de um partido político qualquer no qual o que fala mais alto são os interesses mais espúrios, e não os interesses do País.

IHU On-Line - A decepção política que o governo provocou em muitos dos que esperavam mudanças seja no Brasil, seja no exterior deixa sem esperanças políticas? Onde há alguma força política diferenciada que resulte em mudanças efetivas?

Leda Paulani - Se pensarmos na América Latina, temos, pelo menos um governo que, de fato, tem enfrentado os interesses que sempre dominaram o Continente. O presidente Chávez, com todas as críticas que possamos fazer a ele, tem tido coragem de enfrentar esses interesses. Não estou dizendo que ele tenha um modelo perfeito que possa ser copiado por qualquer país latino-americano e será bem-sucedido, porque a vida não é tão simples assim. Mas, em termos de postura, pelo menos, ele está tendo uma postura que esperávamos ver no governo Lula, e não vimos nem sombra. Com a reforma agrária, por exemplo, ele simplesmente disse: "Vamos fazer" e está fazendo. Não por acaso, ele foi objeto de um golpe. Como falei antes, quando se atacam os interesses fortes é que surge a perspectiva do golpe. Tentou-se tirar Chávez do poder, porque ele estava enfrentado esses interesses, mas não deu certo o golpe, houve um plebiscito, ele ganhou, seus inimigos não tiveram mais o que fazer. Ele tem essa postura mais honesta de alguém que se elegeu para fazer mudanças, o que ele está fazendo. Metade da postura dele no Brasil já teria feito um estrago bom, no melhor sentido da palavra. Eu gostaria de estar indo para a rua agora para defender o governo Lula da possibilidade de um golpe, mas por essas razões que acabo de levantar, eu não vou para a rua defender Lula e o governo do PT, mas nem sob tortura. E eu fui do PT desde o início, mas hoje não tenho a menor ilusão.

IHU On-Line - A senhora apresentará, na próxima quinta-feira, dentro do I Ciclo de estudos Repensando os Clássicos da Economia o tema A utopia de um novo paradigma para a economia, com base nas idéias de Marx. Quais serão os principais aspectos que irá desenvolver em relação ao tema?

Leda Paulani- Eu estou pensando em fazer um resumo das críticas que Marx faz ao que ele chama de modo de produção capitalista. Recentemente, tive um debate com Francisco de Oliveira, sobre um livro que acabei de lançar³, e alguém da platéia fez uma pergunta em relação à utopia, às características do mundo utópico. O prof. Francisco de Oliveira disse que utopia é sempre, em primeiro lugar, uma grande crítica ao estado atual das coisas. Nesse sentido, acho importante difundir essas críticas, mostrar que pontos de vista, por exemplo, Marx via como principais problemas desse modelo de vida capitalista. Agora, sobre como seria construído um outro mundo, o Marx não falou. Seria uma falácia, um equívoco não casual, dizer que a queda do socialismo real ou a queda das economias, que eram tão ligadas à União Soviética, foi uma demonstração do equívoco das idéias de Marx. É absurdo, porque Marx nunca escreveu como

³ ***Modernidade e discurso econômico***. São Paulo: Boitempo, 2005, livro no qual analisa as raízes filosóficas e ideológicas do que chama de doutrina neoliberal. Sobre esse livro, a economista concedeu a entrevista citada na introdução ao ***IHU On-Line***. (Nota do ***IHU On-Line***)

seria o mundo pós-capitalista, ele sempre escreveu uma crítica ao capitalismo. É um absurdo dizer que aquelas experiências de socialismo foram experimentos marxistas que deram errado.

IHU On-Line - Como o pensamento marxista poderia iluminar a situação atual brasileira?

Leda Paulani - O pensamento marxista é importante principalmente por alertar para algumas características dessa forma de organização social que não são tão evidentes. Muitas vezes, aquilo que aparece como sendo objetivo do sistema, na verdade é o oposto. Parece que o sistema é feito todo para a produção de bens e coisas úteis que satisfaçam às necessidades humanas, ou seja, um sistema voltado para a produção e consumo de bens. Marx diz que isso não é verdade. A produção e consumo de bens, e, portanto, o atendimento das necessidades humanas é apenas um subproduto de uma lógica cujo objetivo é a busca do lucro, da valorização monetária do capital investido. Trata-se da busca de riqueza de forma abstrata, e não concreta. Então, para o capitalista não importa o que vai produzir. Ele não vai produzir sapatos, porque alguém precisa calçar os pés e não vai produzir pão porque senão as pessoas não terão o que comer, ele produz, porque isso permite valorar o capital dele. Também pode produzir armas, drogas, o que for necessário para valorizar o capital dele. Uma forma que temos de perceber a verdade dessa afirmação de Marx no capitalismo de hoje é vendo como a lógica financeira domina completamente a lógica produtiva. Hoje em dia, todos os capitais estão mais preocupados com a valorização do lado financeiro que com a produção propriamente dita. Essa discussão, por exemplo, entre taxas de juros que oporia o capital financeiro ao capital produtivo é também um pouco falaciosa, porque do ponto de vista do grande capital não há essa divisão. Quem é afetado pela taxa de juros elevada? São pequenos capitais, pequenos negócios. O grande capital compõe sua atuação, dançando conforme a música. No momento em que as taxas de juros reais são elevadas, evidentemente que eles vão fazer uma composição de seus capitais de modo a maximizar o seu retorno, tendo em vista as taxas elevadas. Quando a taxa de juros cai, é a mesma coisa. Mas o pequeno capital sofre, não tem essa flexibilidade. Portanto, o sistema é movido por uma lógica cuja preocupação não é o ser humano, as necessidades humanas, e sim a valorização do capital em termos monetários.

[\(Voltar ao índice\)](#)

A MACROECONOMIA DE LULA

Por Reinaldo Gonçalves

Reinaldo Gonçalves é professor titular de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. IHU On-Line solicitou ao professor uma entrevista sobre a conjuntura nacional, e ele enviou-nos um texto de sua autoria, com 14 páginas, preparado para a Rede Brasil, com base em dados disponíveis até 5 de março de 2005. IHU On-line sintetizou o artigo, publicando sua introdução e conclusão. A íntegra do texto pode ser consultada no sítio www.unisinos.br/ihu Graduado e mestre em Economia, Gonçalves é doutor em Letras e Ciências Sociais pela University of Reading, da Inglaterra, e obteve livre-docência pela UFRJ em 1991. É autor de diversos livros, entre os quais destacamos **Ô Abre-alas: A Nova Inserção do Brasil na Economia Mundial**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999; **Globalização e Desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999; **O Brasil Endividado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000; **O Brasil e o Comércio Internacional. Transformações e Perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2000; **Vagão Descarrilhado. O Brasil e futuro da economia global**. Rio de Janeiro: Record, 2002; **O Nó Econômico**. Rio de Janeiro: Record, 2003; e **Comércio e Investimento Externo: Aprofundando um Modelo Insustentável**. Rio de Janeiro: FASE, 2004.

“Em artigo recente, Frei Betto afirma: “O Brasil vai bem, o povo brasileiro ainda não. A economia é forte, a política fútil, o direito social frágil. Lula tem, ainda, pela frente dois anos para atrelar suas prioridades sociais ao ideário político que representa e que deve se impor como senhor, e não servo, dessa macroeconomia que hoje beneficia o País em detrimento da nação” (*O Globo*, 27 de fevereiro de 2005, p. 7). Frei Betto argumenta que o PT (certamente, a ala governista), acredita que o governo “brilha na macroeconomia: estabilidade monetária, controle da inflação, queda do risco Brasil, crescimento da indústria e das exportações, êxito do agronegócio, aumento das reservas do país e do emprego formal”.

O ponto principal desta entrevista é o seguinte: trata-se de erro grosseiro avaliar positivamente a conjuntura econômica e a política econômica atual. E mais: a macroeconomia de Lula incorpora os dois atributos negativos mencionados por Frei Betto, da política fútil e do direito social frágil. Temos, assim, uma macroeconomia fútil e frágil. A macroeconomia de Lula é fútil, porque ela é insignificante, inconsistente e, até mesmo, tola. A macroeconomia de Lula é frágil, porque ela não permite o ajuste e, menos ainda, o desenvolvimento resistente, robusto e sustentável.

Uma forma eficaz de demonstrar o ponto acima é contrastar os argumentos apresentados pelo governo com a realidade econômica do país e do mundo. O procedimento, então, é tomar como referência inicial as declarações recentes da maior autoridade econômica brasileira, o ministro da Fazenda, e confrontá-las com a realidade.

Segundo o ministro da Fazenda, “Os pilares da nossa política econômica são um forte equilíbrio fiscal, um compromisso do presidente Lula para que a carga tributária do governo não extrapole os níveis do início do nosso governo, a solidez das contas externas, medidas estruturais para o crédito e a criação de condições institucionais para o crescimento de longo prazo.” (*O Globo*, 26 de fevereiro de 2005, p. 26).⁴

Segundo Reinaldo Gonçalves, “não devemos perder tempo criticando os representantes dos bancos (banqueiros, analistas de mercado de capitais, jornalistas associados, etc.) e do agronegócio (leia-se, latifundiários e empresas transnacionais) que têm defendido a política econômica de Lula. Afinal de contas, essa defesa de Lula baseia-se, exclusivamente, nos interesses desses grupos sociais e econômicos – interesses esses que estão sendo plenamente atendidos por Lula. Para ilustrar, os bancos têm tido lucros recordes que ultrapassam, em média, 20% do patrimônio.⁴ O mesmo ocorre com os exportadores do agronegócio que exploram latifúndios. Em 2004, o lucro líquido das maiores empresas brasileiras cresceu 45,8%, enquanto o rendimento médio real do trabalhador cresceu 0,24%.⁵ No governo Lula, o tecido social se esgarça ainda mais, as instituições se degradam, os trabalhadores perdem e choram, enquanto os banqueiros e os latifundiários ganham muito e gargalham. E, a macroeconomia revela sua verdadeira cara, fútil e frágil, quando as expectativas de crescimento econômico do país são rebaixadas em decorrência das expectativas de desaceleração da economia mundial.

Naturalmente, causa surpresa ao leitor que homens como Frei Betto façam a clivagem entre país e povo, pois o País (Nação) é composto de território, Estado e, antes de tudo, povo. É um *nonsense* afirmar que um país vai bem, enquanto seu povo vai mal. Afinal de contas, a

⁴ *O Globo*, p. 28, 5 mar. 2005.

⁵ *Ib.*

avaliação de que o país vai bem ou vai mal deve ser feita segundo os interesses de grupos e classes sociais específicos. É a famosa e secular pergunta: *Vai bem para quem, cara-pálida?* Os números acima nos levam a uma conclusão diametralmente oposta a de Frei Betto: as empresas e os bancos (e, portanto, os capitalistas) vão muito bem, enquanto os trabalhadores vão muito mal. O que não podemos esquecer é que povo brasileiro é composto de 0,5% de capitalistas, 3,5% de pequenos empregadores e 96,0% de trabalhadores – boa parte está desempregada ou subempregada (Tabela 12). Assim, o correto é afirmar: o País vai muito mal porque a grande, acachapante, maioria vai mal. E mais, o governo do Partido dos Trabalhadores está fazendo pouco ou quase nada por essa maioria”.

E o economista conclui:

“Muito provavelmente, Frei Betto tem a intenção de defender o governo Lula quando se manifesta sobre a macroeconomia e comete erro grosseiro de avaliação. E esse tipo de defesa, que revela contradições e *nonsense*, tem sido muito comum por parte, inclusive, de representantes da sociedade civil. Várias são as razões: cumplicidade, cooptação, compaixão, pusilanimidade ou, simplesmente, erro grosseiro de avaliação”.

Nessa entrevista, compartilhamos as mesmas virtudes teológicas (fé, esperança e caridade) implícitas no texto de Frei Betto e nas avaliações que muitos representantes da sociedade civil fazem a respeito da política econômica do governo Lula. Portanto, supomos que os defensores de Lula, o grupo dos “homens e mulheres de bem”, estão somente cometendo um erro grosseiro. No mundo cristão, essas virtudes são estruturantes.

Entretanto, a realidade brasileira atual é a seguinte: as filas de desempregados se alongam, a renda do trabalhador cai, a violência explode, a saúde e educação se degradam e a proteção social se enfraquece, a esperança definha, enquanto os exportadores-latifundiários do agronegócio e os banqueiros enriquecem ainda mais. E, o governo Lula nada fez de significativo para alterar essa situação, pois, conforme assinala Frei Betto, a política é fútil e o direito social é frágil. E, conforme, procuramos demonstrar nesse artigo, a macroeconomia de Lula é fútil e frágil.

Enfim, nada mudou. É por essa razão que, em novembro de 2003, mais de três centenas de economistas publicaram manifesto com críticas severas à política econômica de Lula e, ao mesmo tempo, apresentaram propostas alternativas. O fato é que a macroeconomia fútil e frágil de Lula decorre de uma opção política. Os grupos dirigentes podem se sentir mais confortáveis no poder, mas perde a grande maioria do povo brasileiro”.

[\(Voltar ao índice\)](#)

DESTAQUES DA SEMANA

Análise de Conjuntura

“PT: ENCONTRO NACIONAL EXTRAORDINARIO JA!” PEDEM PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO E IVAN VALENTE

*Sob o título acima, Plínio de Arruda Sampaio, ex-deputado federal (PT-SP) e Ivan Valente, deputado federal (PT-SP) e membro do diretório nacional do PT publicam o seguinte artigo dia 17-6-05, no jornal **Folha de S. Paulo**. De Plínio de Arruda Sampaio, publicamos as entrevistas *A sinergia dos movimentos sociais*, na 70ª edição, de 11 de agosto de 2003; e *O ponto de partida é definir o novo projeto nacional*, na 79ª edição, de 13 de outubro de 2003.*

“Hoje é patente que as divergências internas quanto aos rumos do Partido dos Trabalhadores chegaram a um ponto extremo. Agravadas pela crise aguda envolvendo a governabilidade e questões éticas, essas divergências estão impedindo a unidade da ação partidária. Elas têm origem na ilegitimidade das posições assumidas pela maioria da direção do partido ao desrespeitar as resoluções do Encontro de Olinda, em 2001, e, mais que isso, ao desrespeitar toda a história do PT. Na verdade, as divergências agravaram-se muito após a posse de Lula na Presidência da República, em razão, especialmente, das políticas que ele adotou no plano econômico e no plano das alianças políticas. Logo no início do governo, um grupo de amigos do presidente, perplexos com os rumos da administração, enviaram-lhe uma carta solicitando mudanças de rumo. Não foram sequer recebidos. Um pouco mais adiante, 300 economistas do partido lançaram um manifesto com críticas severas à condução da economia e propostas de mudança. Igualmente não foram recebidos. Não demoraram as demissões de auxiliares muito próximos do presidente, sempre muito discretas, mas nem por isso menos significativas. Finalmente, vieram as “insubordinações” e defecções de deputados, senadores e militantes - algo inédito em uma bancada caracterizada até então pela estrita disciplina. Note-se que essas divergências são todas políticas e que precedem, de muito, os problemas que surgiram agora com as denúncias de corrupção. As vacilações da direção partidária no enfrentamento dessas denúncias - ora recomendando aos parlamentares que impedissem a constituição de CPI para apurá-las, ora sugerindo que todos assinassem os pedidos de convocação- são sinais evidentes de perda de controle sobre os acontecimentos. Por isso, estamos propondo, com base no estatuto, a convocação imediata de um Encontro Nacional Extraordinário, a fim de revisar a posição do partido em relação às duas políticas anteriormente mencionadas: a política econômica e a política de alianças. Não cabe na cabeça dos petistas que, após dois anos e meio de governo, o modelo econômico de FHC não tenha sido alterado na essência e, em alguns casos, tenha sido mesmo agravado, como no caso do superávit primário, que economiza R\$ 44 bilhões em quatro meses para “honrar” contratos com o capital financeiro e tranquilizá-lo, enquanto os contratos com o povo ficam sem recursos para a reforma agrária, a educação, a saúde, o saneamento e a infra-estrutura do país. É inaceitável que se impeça o desenvolvimento do país, a geração de emprego e a distribuição de renda pagando a maior taxa de juros do mundo - para alegria dos rentistas-, enquanto somos campeões em concentração de renda, de terra e de riqueza.

Fica difícil, também, explicar uma política de alianças com forças políticas retrógradas, contrárias à mudança social, incrustadas no aparelho do Estado para permanentemente parasitá-lo pelo fisiologismo e pela corrupção. Em nome dessa governabilidade, que dispensa o movimento social organizado e a pressão popular legítima, o governo sofreu inúmeras derrotas no Congresso, inclusive a perda da presidência da Câmara de Deputados. Governabilidade com partidos que não comungam nem irão concordar com as propostas do nosso projeto democrático e popular se afastariam, imediatamente, se assumíssemos, de frente, nosso projeto transformador. Daí a necessidade de rever a política de alianças.

Isso requer um esclarecimento preliminar: toda pessoa é inocente até que se prove o contrário, de modo que a proposta de revisão da política de alianças que estamos fazendo não implica a aceitação de que algum membro do PT haja atuado de modo inconveniente. Trata-se de uma objeção política: o regime de governo é presidencialista e a Constituição confere ao presidente da República atribuições suficientes para governar mesmo sem dispor de maioria no Congresso. Ele dispõe do veto, da iniciativa das leis que envolvem gastos e, sobretudo, da faculdade de dirigir-se a qualquer momento à opinião pública. A experiência histórica demonstra que o Congresso jamais deixou de aprovar um projeto que conseguiu obter apoio na opinião pública. Portanto, o presidente Lula, eleito com 53 milhões de votos, tem tudo de que precisa para executar seu programa de governo, sem necessidade de constranger a si próprio e aos seus companheiros de partido com alianças que provocam escândalo em seus eleitores. A demissão do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, é o reconhecimento da gravidade da hora e da crise da proposta capitaneada pela maioria no PT e no governo. Daí a urgência de decisões coletivas e de mobilização da nossa militância.

[\(Voltar ao índice\)](#)

Entrevista da semana

O ESFORÇO HUMANO PELOS DESCOBRIMENTOS ESTA CONDENADO AO FRACASSO

*Traduzimos e reproduzimos a seguir uma entrevista realizada com o grande etnólogo francês Claude Lévi-Strauss, publicada no jornal **El País**, em 7 de maio de 2005. Antropólogo belga nascido em Bruxelas, Bélgica, Lévi-Strauss dedicou sua vida à elaboração de modelos baseados na lingüística estrutural, na teoria da informação e na cibernética para interpretar as culturas, que considerava como sistemas de comunicação, dando contribuições fundamentais para o progresso da antropologia social. Sua obra teve grande repercussão e transformou, de maneira radical, o estudo das ciências sociais, mesmo provocando reações exacerbadas nos setores ligados principalmente à tradição humanista, evolucionista e marxista. Ganhou renome internacional com o livro **Les Structures élémentaires de la parenté** (1949). Em 1935, Lévi-Strauss veio ao Brasil para ensinar sociologia na USP. Interessado em etnologia realizou um trabalho de pesquisa em aldeias indígenas do Mato Grosso. A experiência foi sistematizada no livro **Tristes Trópicos**, publicado em 1955 e considerado um dos mais importantes livros do século XX. Na entrevista que segue, o nonagenário cientista reflete sobre a evolução da antropologia. No privilégio dos seus 97 anos, pode dizer e fazer respeitar sua angústia ante as necessidades humanas.*

Quando você estudava, o eurocentrismo impregnava todos os discursos. Hoje, o multiculturalismo e o constante elogio da mestiçagem cultural são dominantes. Que

impressão produz esta evolução a alguém como você, que se interessou por provar a unidade do gênero humano, com base na análise de sociedades indígenas, como a dos bororós ou dos cadiueus?

O que chamamos de pensamento europeu, nossa civilização, é fruto de contribuições que vêm de outras latitudes, que são o resultado do contato entre os distintos povos e culturas do continente e de nossas viagens. A Europa sempre foi um continente mestiço, para empregar o mesmo termo. A grande diferença que temos visto no século XX é a aceleração da comunicação. Viajamos mais depressa; o que antes necessitava semanas ou meses de barco, agora se percorre em poucas horas, mas também é certo que antes saías de um porto comercial de uma velha cidade muito ativa para chegar a outro de um mundo em construção, enquanto agora levantas de um aeroporto e aterrissas em outro quase idêntico. A mestiçagem e a fusão necessitam tempo, precisam amadurecer, mas a extraordinária aceleração do século XX não deixa tempo para assimilar as influências do outro.

A famosa mestiçagem se faz sempre em detrimento do mais débil, ou, para dizê-lo de outra maneira, é uma ideologia que encobre outra forma de colonialismo?

É você que o diz, mas não vou desmenti-lo.

Você estudou algumas dessas civilizações chamadas “selvagens”, e o fez sem querer interferir em seu desenvolvimento. O que pensa de iniciativas que transformam em “patrimônio cultural da humanidade” uma ruína insalubre, para satisfazer a ânsia de exotismo dos ocidentais?

Não tenho resposta para isso. Sua pergunta põe o dedo numa contradição fundamental. Nem tudo o que se inscreve no longo inventário do “patrimônio da humanidade” se faz por razões puras. A preocupação pelos ingressos derivados do fluxo turístico representa um grande papel no comportamento dos Estados.

A perspectiva de dar cursos de filosofia, sempre com o mesmo programa, incitou-o, faz setenta anos, a ir a São Paulo para dar aulas de algumas disciplinas das quais não tinha experiência, como a Sociologia e a Etnologia. Que aulas dava?

Fui até ali por uma sugestão de Paul Nizan⁶. A etnologia ainda não tinha área de pesca própria e pescava em águas consideradas afins, como a da filosofia. Em sociologia havia lido os trabalhos da Escola de sociologia urbana de Chicago, que tinham como idéia fundamental a de tratar a cidade como um objeto complexo, cujo crescimento respondia a leis reconhecíveis, o que eu chamo de invariáveis. Dizia-se sobre São Paulo, então, que era uma cidade perigosa, porque se podia marcar um encontro com uma pessoa, numa esquina que não existia quando se chegava, mas que já estava edificada, quando chegava a pessoa com quem se havia combinado o encontro. Era a possibilidade de ver crescer uma cidade diante de meus olhos, de assistir, em questão de poucos anos, meses e semanas, a esse processo que, na Europa, tinha levado anos. Em 1935, havia uma companhia ferroviária inglesa que estava estendendo uma

⁶ Paul Nizan 1905-1940), escritor, engajado no Partido Comunista, autor de *Os cães de guarda* (um libelo contra os intelectuais que não aceitavam o engajamento político ou se isolavam em suas torres de marfim). Decepcionado com o pacto germano-soviético, ele rompeu com o partido. Foi acusado de espionagem pelos ex-camaradas. Paul Nizan morreu na frente de combate: tinha apenas 35 anos de idade. (Nota do *IHU On-Line*)

nova linha no estado do Paraná e criava uma nova cidade a cada 25 ou 30 quilômetros. A primeira tinha, então, uns 2.000 habitantes e faz pouco me convidaram para o seu cinquentenário e já tem um milhão. A segunda cidade tinha umas poucas centenas de habitantes, a terceira três dezenas e a que então era a última do traçado, um só habitante, um francês que buscava a aventura. Fiz um esboço de como era previsível que fossem crescer.

E com os alunos?

Eu lhes propus que fizessem monografias sobre sua rua, seu bairro, e que estudassem todas essas transformações...

Sua primeira viagem para o interior, seu encontro com os bororos, é o fruto de uma expedição em tempo de férias.

Sim. Para um etnólogo com uma formação como a minha, encontrar os bororos era encontrar o paraíso. Tratava-se de uma sociedade cuja cultura material estava intacta, na qual continuava existindo uma extraordinária arte da pluma, tal como se pode ver na atual exposição do Grand Palais, de Paris, uma sociedade com uma organização social complexa e rica, bem distinta da que descobri nos nambiquara.

Em que momento você pôde tirar conclusões de suas expedições?

O que em verdade era ou podia ser a etnologia, eu o aprendi mais tarde, em princípios da década 1940 na Biblioteca Pública de Nova Iorque, depois de haver escapado da França de Petain. Ali, lendo, completei minha formação de etnólogo. Entrementes já havia conhecido Marcel Mauss⁷ e lhe falara da organização exogâmica entre os bororos. Sabe, Mauss, após uma rápida estimativa, havia dito a outro investigador que regressava de uma estadia de 18 meses na África, que, com esse tempo de experiência de terreno, tinha material suficiente para 30 anos de trabalho de pesquisa. Sem a guerra e a ocupação alemã, meu destino teria podido ser outro. Na realidade, após o armistício, eu queria voltar ao Brasil, mas não me deram o visto.

Numa entrevista concedida faz dois anos a Marcel Hénaff⁸, você meio gracejava, dizendo que havia descoberto o estruturalismo antes de aprender a ler.

Sim, mas não pretendo ufanar-me de minha precocidade, porém tão só deixar claro que, já desde muito pequeno, meu espírito funcionava de certa maneira. Minha mãe me contou que eu me dera conta, indo ao *boulangier* (padeiro) e ao *boucher* (açougueiro) que as primeiras letras deviam significar *bou*, já que eram as mesmas para as duas palavras. Mais seriamente, o segredo do estruturalismo creio havê-lo intuído enquanto estava no fronte, na linha Maginot⁹,

⁷ Marcel Mauss (1872-1950), sociólogo e etnólogo francês, criador, com Paul Rivet, do Instituto de Etnologia. (Nota do *IHU On-Line*)

⁸ Marcel Hénaff escreveu sobre Claude Lévi-Straus a obra *Claude Lévi-Straus and the making of Structural Anthropology*, cujo foco é a antropologia social. Dentro deste campo, dá apurada atenção a três áreas que distinguem o trabalho de Lévi-Strauss: sistemas do parentesco, sistemas da classificação e mitologia. (Nota do *IHU On-Line*)

⁹ Durante seis meses após a queda da Polônia, os franceses, que haviam avançado alguns quilômetros no território alemão, retrocederam para a Linha Maginot assim que a parte principal do exército alemão retornou da Polônia. A Linha Maginot era a verdadeira chave da estratégia terrestre dos Aliados durante esses meses e recebera seu nome por causa do Ministro da Guerra, André Maginot. As fortalezas da Linha Maginot possuíam alojamentos subterrâneos, paióis de munição, cozinhas, hospitais, instalações telefônicas e geradores elétricos; ferrovias em miniatura, guindastes para

como oficial de conexão que esperava servir de intérprete às tropas britânicas. Ali, enquanto esperávamos uma batalha que não começava, pude observar, com detalhes, como, por detrás do aparente acaso da beleza ondeante de um campo cheio de flores, estava uma organização estrita de cada uma delas. Logo após, em Nova Iorque, o encontro com Roman Jakobson¹⁰ foi definitivo.

Jakobson era já um lingüista mundialmente reconhecido...

Jakobson era um tipo genial! Impressionou-me sob um duplo aspecto: por sua extraordinária capacidade intelectual, pois falava várias dezenas de idiomas, e por sua formidável resistência física. Era capaz de passar horas e horas discutindo e raciocinando com uma clareza extrema. E essa clareza não era embaçada, quando tomava bebidas alcoólicas, que ele podia ingerir em quantidades consideráveis.

A diferença entre fonologia e fonética, as considerações sobre a dupla articulação...

O encontro com Jakobson me revelou que eu era estruturalista sem sabê-lo. O que até então era uma intuição confusa e desorganizada, coagulou e se transformou em doutrina. Quando se estuda uma sociedade, se começa por inventariar as diferenças, porque os pontos comuns, ao menos num primeiro momento, podem ser superficiais, permanecer na epiderme do fenômeno. Logo após, mais profundamente, aparecem as que eu chamo de invariáveis...

... o tabu do incesto...

Sim, mas o interessante é que essa obrigação exogâmica, de buscar um par fora do círculo familiar mais restrito, pode ter muitas formas distintas. No Egito antigo, se aceitava o matrimônio entre primos; em outras civilizações, no caso de morte da esposa, o viúvo é obrigado a se casar com a irmã dela; em outras, a regra estabelece outros graus de parentesco. O invariável, a regra, está na obrigação constante de ter que buscar um par em outra família e assim constituir sociedade. Se as culturas diferem é porque, segundo a regra, cabem muitas variáveis. Na natureza, existem leis que podem ser universais e constantes e, se encontramos, na cultura, regras que possam ter esse mesmo caráter universal que as leis, então podemos compreender melhor a passagem da natureza à cultura. Este é o interesse da proibição do incesto.

Certa vez, você responsabilizou a revolta de maio de 1968 pela perda de prestígio universitário do estruturalismo.

Isso não é exato. Eu era, então, diretor de um laboratório de Antropologia Social, e alguns professores e estudantes consideraram que precisavam aliar-se ao movimento de protesto. Eu me limitei a ir para minha casa. Passado o vendaval, me chamaram para que eu voltasse. Eu lhes disse que não tinha gasolina e deram um jeito para subministrá-la. Pareceu-me uma

munição, sistemas de drenagem. A Linha Maginot exigia uma guarnição de cerca de 300.000 homens. (Nota do *IHU On-Line*)

¹⁰ Roman Jakobson (1896-1982), lingüista e crítico literário russo, um dos fundadores da fonologia, autor de *Ensaio de lingüística geral* e *Que é poesia?*, além de outros numerosos ensaios sobre lingüística e crítica literária. (Nota do *IHU On-Line*)

caricatura de revolução, mas o entusiasmo e respeito que existia pelo estruturalismo saiu intacto de maio de 68.

Houve muitas acusações contra essa corrente...

Houve má fé e incompreensão. O problema das ciências humanas, o que faz que não sejam verdadeiras ciências, é a pretensão de que existe um modo de observação que é melhor que os demais, quando, nas ciências que chamamos «duras», a física experimental não exclui a física teórica e a teórica não elimina a biologia, como esta não anula a química: são enfoques distintos entre os quais alguém pode escolher para desenvolver uma pesquisa. Nas ciências humanas, não falta quem diga que o único enfoque adequado é o seu e que qualquer outro é errôneo.

Ao estruturalismo...

... se lhe repreendeu ser anti-humanista, e isso é parcialmente certo. Atacaram-nos sob dois ângulos: um epistemológico e outro moral. Quanto ao primeiro, criticavam-nos por não adotarmos o ponto de vista do filósofo que se dispõe a uma introspecção sobre a própria pessoa, ou seja, de não adotar o ponto de vista do sujeito, mas esta opção me parece legítima, porque temos o direito de escolher a distância que mais convém a cada problema ou investigação. A um simples olhar, por exemplo, uma gota de água é somente isso, mas o microscópio pode descobrir-nos os organismos que nela habitam. Nós escolhemos um enfoque de ampliação que apaga a noção de sujeito, que a dissolve, e estudamos os mecanismos que funcionam no interior do pensamento. Com respeito à censura ou crítica sob uma perspectiva moral, é impossível para um etnólogo não tomar em consideração a destruição sistemática e monstruosa que os ocidentais temos feito das culturas distintas da nossa, desde, no mínimo, 1492. Não é possível separar ou isolar esta condenação da destruição da sociedade humana, da destruição de que hoje são vítimas espécies animais e vegetais, e tudo isso em nome de um humanismo que situou o homem como rei e senhor do mundo. A definição que o humanismo clássico faz do homem é muito estreita, apresenta-o como um ser pensante, em vez de tratá-lo como um ser vivo, e o resultado é que a fronteira, onde acaba a humanidade, está demasiado próxima do próprio homem, que, assim, tem sido objeto de mil ataques por parte de seus congêneres.

Em várias oportunidades se declarou mais e mais próximo do ceticismo.

O ceticismo chega com a idade. O espetáculo que a ciência contemporânea oferece convida para isso. Durante o século XX, essa ciência progrediu muito mais do que em todos os séculos anteriores, uma aceleração enorme na produção de conhecimento e, ao mesmo tempo, esse progresso vertiginoso nos abre abismos cada vez mais insondáveis, cada descoberta nos coloca 10 enigmas, de maneira que o esforço humano está condenado ao fracasso. Mas, é bom que seja assim.

[\(Voltar ao índice\)](#)

Artigo da semana

CORRUPÇÃO, ESQUERDA E DIREITA

Por Emir Sader

*Reproduzimos o artigo de Emir Sader, com o título acima, originalmente veiculado no dia 16 de junho de 2005 pela **Agência Carta Maior**. Emir Sader, professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), é coordenador do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj e autor, entre outros, de **A vingança da História**. São Paulo: Boitempo, 2003.*

A direita afirma que, diante da corrupção, direita e esquerda desapareceriam. A polarização seria entre honestos e corruptos. A luta da esquerda contra a corrupção, ao contrário, não abole direita e esquerda. Quem reduz a luta política à luta contra a corrupção é de direita. Ou a esquerda se livra desse tipo de prática ou contribui à alienação do povo.

A direita se deleita em afirmar que, como o PT está envolvido em corrupção, tudo é possível, nada é melhor, tudo é igual. Podem perpetuar suas práticas, porque estariam na natureza da política. Mas principalmente se deleita em afirmar que, diante do supremo crime da corrupção, direita e esquerda desapareceriam. A polarização seria entre honestos e corruptos. Bastaria eliminar os corruptos – ou aqueles pegos em flagrante –, fazer reforma política, tomar algumas medidas contra nomeações dos governos e pronto. O saneamento permitiria que tudo seguisse como antes: os ricos cada vez mais ricos, os pobres cada vez mais abandonados, os poderosos cada vez com mais poder, os humilhados e ofendidos, sem esperança que não a religião. “A vida para os fortes/ para os fracos a morte: e é bom que seja assim” – como diz o personagem de Brecht.

Collor roubava porque era cleptomaniaco, porque os filhos das oligarquias nordestinas, criados em Brasília não respeitam os bens alheios. PC Farias fazia o trabalho sujo, porque sempre foi um mafioso. Já a privataria do governo FHC – a maior roubalheira da história brasileira – foi feita toda dentro da lei – para isso se comprou sistematicamente a maioria do Congresso, tudo dentro da lei, contando com a mídia, porque era por uma “boa causa”: a privatização. Parodiando o secretário de Estado dos Estados Unidos: “são corruptos, mas são nossos corruptos”. Afinal, o governo Bush definiu, com Posada Carriles¹¹, que há “bons e maus terroristas”, os “nossos e os deles”.

A direita tenta despolitizar a política, tratando a corrupção como uma tentação da natureza humana. O máximo que se poderia fazer seria limitar os riscos, com leis, polícia, controle da imprensa (o terceiro poder que, como diria o Stanislaw, passou rapidamente para segundo). É o que prega o liberalismo, assim como as teorias foucaultianas, para as quais em toda relação humana há poder, dominação, corrupção de caráter.

Para a esquerda, a corrupção significa um crime muito mais grave. Significa apropriação privada de bens públicos. Significa privatização do Estado, desvio de impostos arrecadados da massa da população para mãos privadas. Significa desideologizar a política, estabelecendo-se acordos em base a vantagens materiais. Significa sobretudo desviar recursos que deveriam ser canalizados para afirmar direitos do conjunto da população para vantagens pessoais.

¹¹ Sobre este personagem, confira o artigo de João Pedro Stédile nesta edição. (Nota do **IHU On-Line**)

É, portanto, para a esquerda, muito mais do que simplesmente um crime pessoal. É um crime político. E quando é praticado pela esquerda, se torna ainda mais indesculpável, porque a iguala à direita, porque favorece a desqualificação da esquerda, porque desvia as atenções dos maiores problemas do país para um problema de corrupção. E porque se trata de políticos identificados com a esquerda apropriando-se de recursos públicos para objetivos privados.

Um objetivo central da esquerda é a recuperação da política como atividade emancipatória, de construção da *polis*, da *res publica*, da esfera pública, dos bens comuns. O socialismo pode ser definido como a socialização dos bens materiais e espirituais, como a reconstrução da sociedade centrada na esfera pública.

Essa luta inclui o resgate da militância política, da militância revolucionária, dessa atividade dedicada e desinteressada, de luta pelos ideais da humanidade, dos trabalhadores, da construção de uma sociedade sem classes e sem Estado, sem exploração, nem discriminação, nem opressão, nem alienação. Da militância como atividade ética, não remunerada, de entrega aos valores de luta pela emancipação de todos, pelos interesses dos mais pobres, dos mais humildes, dos humilhados e ofendidos.

Do resgate da política e da militância como algo totalmente oposto a essa mercantilização da política, das campanhas eleitorais, dos partidos, da mídia. A luta contra a corrupção é também a luta contra a corrupção dos valores da esquerda, rebaixada a um realismo tão rasteiro que já não têm mais nada de esquerda, de luta pela emancipação. Ao contrário, reproduzem e multiplicam a alienação, a opressão, a exploração.

A luta da esquerda contra a corrupção não abole a direita e a esquerda. Ao contrário, recoloca a luta entre direita e esquerda em outro patamar. Quem quer abolir direita e esquerda é de direita. Quem reduz a luta política à luta contra a corrupção é de direita. E quem reproduz a corrupção e a privatização da política não é de esquerda: é de direita.

Ou a esquerda se livra desse tipo de prática e desse tipo de gente ou contribui à alienação do povo e acaba por atentar contra os ideais de emancipação – os que deram origem à esquerda e justificam sua existência, assim como os da militância e da prática política revolucionária.

[\(Voltar ao índice\)](#)

Filme da semana

Os filmes apresentados nesta editoria já foram vistos por algum colega do IHU.

BOM DIA, NOITE

Ficha técnica

Nome: Bom Dia, Noite
Nome original: Buongiorno, Notte
Cor filmagem: Colorida
Origem: Itália
Ano produção: 2003
Gênero: Drama – Político
Duração: 106 min
Classificação: 12 anos

Direção: Marco Bellocchio

Elenco: Maya Sansa, Luigi Lo Cascio, Pier Giorgio Bellocchio, Giovanni Calcagno, Paolo Briguglia, Roberto Herlitzka

Sinopse: Chiara (Maya Sansa) é uma jovem bibliotecária que leva uma vida dupla. É uma das militantes das Brigadas Vermelhas, grupo terrorista italiano que acaba de realizar sua ação mais sensacional: o seqüestro, à luz do dia, do primeiro-ministro democrata-cristão, Aldo Moro (Roberto Herlitzka). Enquanto o mantém escondido num prédio de classe média e aparentam uma vida normal, os brigadistas fazem negociações e esperam que aconteça uma rebelião em seu apoio na Itália.

O filme que destacamos na presente edição, Bom Dia, Noite, de Marco Bellocchio. O comentário que publicamos a seguir é de Neusa Barbosa, veiculado no sítio www.cineweb.com.br em 28 de abril de 2005.

BOM DIA, NOITE

Por Neusa Barbosa

Remanescente de uma grande geração de cineastas italianos, a que pertencem Bernardo Bertolucci, Francesco Rosi e Ettore Scola, Marco Bellocchio marca seus 40 anos de carreira com um filme que atinge intensidade política, emocional e artística na mesma medida. Dissecando uma tragédia ocorrida em 1978 – o seqüestro e assassinato do primeiro-ministro italiano Aldo Moro –, a história sintoniza uma dramática atualidade, em outro tempo abalado pelo terrorismo, ainda que numa face muito diversa.

Tal como o brasileiro **Cabra-cega**, de Toni Venturi – por coincidência, em cartaz no País neste momento –, **Bom Dia, Noite** avalia a militância guerrilheira através de um olhar do lado de dentro, numa abordagem que humaniza os militantes, sem, no entanto, deixar de explorar suas contradições.

Chiara (Maya Sansa) é uma jovem de vida dupla. De dia, é bibliotecária. Quando volta para casa, torna-se uma das militantes das Brigadas Vermelhas, grupo terrorista italiano que acaba de realizar sua ação mais sensacional: o seqüestro, à luz do dia, do primeiro-ministro democrata-cristão, Aldo Moro (Roberto Herlitzka). Mantendo a fachada de uma vida familiar normal, fingindo ser casada com Ernesto (Pier Giorgio Bellocchio), ela mantém uma rotina que não deve levantar a suspeita dos vizinhos, num prédio de apartamentos de classe média. O que leva o casal a aceitar, por exemplo, tomar conta do bebê da moradora ao lado ou deixar entrar na sala um padre que deseja abençoá-los.

Mantendo o foco em Chiara, consegue-se mergulhar na tensão vivida pelos militantes, especialmente ela. O duro líder do grupo, Mariano (Luigi Lo Cascio), parece não ter as mesmas dúvidas. Aliás, não demonstra dúvida alguma, personificando a ortodoxia incontestável que, finalmente, levará à condenação de Moro.

Um dos momentos inspirados do filme é a cena de um almoço na família de Chiara – que, naturalmente, ignora sua militância –, no qual fica evidente o fosso entre estas duas gerações. Os tios da moça, militantes antifascistas na II Guerra, entoam canções dos *partigiani*, ou seja, membros da resistência italiana – aliás, identificados, de maneira imprópria, nas legendas como “guerrilheiros”, o que pode levar a platéia a não perceber claramente de quem se trata. Nesta situação festiva, contrasta-se a alegria dos velhos, que derrotaram um inimigo claro (os nazifascistas), e a nova, soturna, cerebral, mergulhada em leituras teóricas e ortodoxas, que parece confusa sobre quem é seu alvo.

Os diálogos entre o refém e seus captores são outro ponto alto. Neles, ficam expostos, de maneira cristalina, os argumentos dos dois lados, com inteligência, nunca com maniqueísmo – um verdadeiro feito no cinema moderno, muitas vezes, rendido às simplificações banais que tanto agradam Hollywood. Nestas conversas entre Moro e, principalmente Mariano, fala-se de luta de classes, do que move a História, do proletariado, da religião. E, por melhores que sejam estas conversas, emerge muito claro o paralelismo das duas posições: da política e da cultura tradicional, representada por um Moro inegavelmente sereno e carismático, e do outro o militante radical, disposto a liderar as massas, ainda que elas se mostrem indispostas para isso. Um dos momentos de maior perplexidade para os brigadistas no meio do seqüestro é justamente aquele em que se perguntam – mas por que, afinal, a rebelião não está brotando nas ruas, nos escritórios? Muito embora não se possa esquecer que a própria existência das Brigadas Vermelhas decorre da falência da cultura e da política tradicionais representadas por Moro para incorporar aqueles que estão desprovidos de ambas. Uma incapacidade que será fatal.

Mais do que fazer um filme, Bellocchio está pondo o dedo numa ferida profunda da esquerda, que, em seu país, ganha contornos bem específicos. Afinal, a Itália foi a pátria do eurocomunismo, uma visão mais aberta da doutrina esquerdista, tendo à frente o líder Enrico Berlinguer, e que foi posta a perder, entre outras coisas, pelo assassinato de Moro. A face abatida do próprio Berlinguer, na igreja em que se celebra o culto fúnebre de Moro – uma das muitas imagens reais de noticiários inseridas no filme – é, aliás, um anúncio eloqüente do que vem a seguir. Berlinguer sabia que, a partir dali, o clima de caça às bruxas instaurado em nome da repressão ao terrorismo, inviabilizaria por muito tempo a esquerda. Um tempo que ele, pessoalmente, não teria, porque morreu seis anos depois e não teve sucessores à altura para retomar seu caminho.

Mesmo sendo a crônica de uma morte anunciada, o filme mantém um sintomático suspense. Prova viva é que, mesmo sabendo dos fatos, é difícil suprimir o sentimento para que a história tome outro rumo. E o filme torna tão vivos os acontecimentos, tão reais seus protagonistas, que há momentos em que se chega a crer que isso é possível. Chiara, o coração sensível da história, luta por uma alternativa menos drástica. Nessa personagem, Bellocchio deposita uma muito oportuna reflexão sobre a atônita esquerda que emergiu daquele drama e que parece ainda não ter encontrado outro rumo.

[\(Voltar ao índice\)](#)

Deu nos jornais

Deu nos jornais é uma síntese semanal das notícias veiculadas diariamente no sítio www.unisinos.br/ihu, compiladas pelo Instituto Humanitas Unisinos (IHU) em parceria com o Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (CEPAT) de Curitiba.

A Bienal de Veneza feminiza a criação

Do jornal **Le Monde** de 13-6-05: Inaugurada no sábado, dia 11 de junho, a 51ª edição do grande evento italiano das artes visuais está sob a direção artística de duas espanholas, Maria de Corral e Rosa Martinez. Nunca as mulheres foram tão numerosas entre a centena de artistas da exposição internacional.

Anulação da dívida: e agora?

Dezoito países, dos mais pobres do planeta, serão beneficiados pela anulação das suas dívidas com o Fundo Monetário Internacional – FMI –, o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento. O anúncio feito no sábado, em Londres, pelos ministros das finanças do G8 foi, de maneira unânime, qualificada de “histórica”, noticia o jornal **Le Monde**, 13-6-05. No entanto, anota o jornal **Herald Tribune**, de Nova York, é claro que a anulação por si só não liberará importantes recursos novos para o desenvolvimento. No jornal **The Guardian**, de Londres, o cantor Bob Geldof, criador da **Band Aid**, anuncia: “Não pararemos o nosso lobbying até que obtenhamos a anulação completa da dívida, uma duplicação da ajuda para o desenvolvimento e a equidade nas trocas comerciais”. Os EUA não seguiram Tony Blair, que propôs um “plano Marshall” de 50 bilhões de dólares por ano. Justificação de Jendayi Frazer, do departamento de Estado dos EUA no jornal sul-africano **Mail&Guardian**: “Não podemos porque isso implica num financiamento por vários anos. O nosso processo orçamentário é anual”.

A morbidez do sistema político brasileiro. Uma enfermidade institucional

“Não é preciso ser um exímio cientista político para perceber que as cólicas que acometem agora o governo federal representam o sintoma de uma profunda morbidez de todo o nosso sistema político. A crise de que tanto se fala não está ligada a pessoas, mas é, antes, uma enfermidade institucional”. A constatação é de Fábio Konder Comparato, renomado advogado, professor titular da Faculdade de Direito da USP e presidente da Comissão de Defesa da República e da Democracia do Conselho Federal da OAB, em artigo publicado dia 14-6-05, no jornal **Folha de S. Paulo**. Segundo ele, “perante um povo sempre à margem da vida política, o Executivo é acusado de subornar dezenas de parlamentares, sob o olhar perdido do Ministério Público e a satisfação mal dissimulada de boa parte do Poder Judiciário, ainda ressentido pela pseudo-reforma que foi constrangido a sofrer. Tudo isso configura uma enfermidade bem conhecida dos pensadores políticos: a ilegitimidade global do sistema. Já ninguém mais o defende convictamente nem admite a sua mínima adequação às funções que deveria exercer”. Fábio Konder Comparato defende a seguir “o projeto de lei nº 4.718, de 2004, regulando plebiscito, referendo e iniciativa popular legislativa, apresentado pela Ordem dos Advogados do Brasil à Câmara dos Deputados, e que se encontra atualmente na Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa. Ora, esse projeto de lei acaba de receber parecer contrário do relator, deputado Roberto Freire, e corre o risco de ser sepultado pela nossa oligarquia parlamentar”. E faz um apelo: “apela-se, portanto, a todas as pessoas e entidades empenhadas na defesa do país, para que manifestem o seu apoio a esse projeto de lei, dirigindo-se diretamente ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, deputado Antonio Carlos Biscaia: dep.biscaia@camara.gov.br”.

Niger clama por socorro. Um terço da população ameaçada de morte pela fome

Para a ONU, “uma catástrofe silenciosa está sendo preparada no Niger”. A notícia é do jornal francês **Libération**, 14-6-05. Em algumas zonas os camponeses saem a caminhar pela região na esperança de colher alguns grãos de milho, uma das bases da alimentação do Niger. Outros buscam sobreviver comendo folhas e frutos selvagens, às vezes tóxicos... Num centro de saúde instalado em Maradi, no sul do país, as equipes médicas da ONG Médicos sem Fronteira contabilizam uma média de dez a quinze mortes por semana de crianças por causa de desnutrição. A seca, os gafanhotos e um déficit hídrico precipitaram o país na crise alimentar. Segundo as estimativas da ONU, 800 mil crianças sofrem, atualmente, fome no Niger. Destas,

150 mil em estado grave. As autoridades do país lançaram um apelo à ajuda internacional para socorrer 3,6 milhões de pessoas sobre um total de 12 milhões.

Empresários temem que crise reforce a ortodoxia econômica

Empresários que se reuniram nos últimos dias para avaliar a crise aberta pelas denúncias de corrupção no governo concluíram que ela tende a reforçar a linha ortodoxa da política econômica em vigor, diminuindo o espaço que seus críticos vinham encontrando para se manifestar nos últimos meses. A notícia é do jornal **Valor**, 15-6-05. Apesar dos juro altos e dos sinais de desaceleração da atividade econômica, eles acreditam que dificilmente o governo fará mudanças agora. Na avaliação dos empresários, seria arriscado para o governo mexer na política econômica num ambiente tão dominado por incertezas como o atual. As expectativas dos empresários ajudam a entender o comportamento dos mercados financeiros ontem. Os investidores reagiram com alívio ao depoimento do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) na Câmara. A Bolsa de São Paulo terminou o dia em alta de 2,3%. O dólar oscilou nervosamente e fechou em R\$ 2,43, com queda de 0,65%. Empresários influentes no governo começaram a se movimentar discretamente para obter concessões de Brasília. A pelo menos um interlocutor, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, sugeriu a articulação de uma espécie de pacto em que os empresários ajudariam o governo a atravessar a turbulência em troca de medidas favoráveis ao crescimento econômico. Na segunda-feira, Skaf promoveu um jantar com duas dezenas de líderes empresariais para discutir a crise política. "Havia gente muito preocupada e assustada", disse um dos participantes, o presidente do grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes. "Foi uma reunião para conversar um pouco e pedir calma a todos".

Supremo argentino anula leis de anistia

Os principais jornais do mundo noticiam dia 15-6-05, a seguinte notícia: A Suprema Corte da Argentina decidiu ontem pela inconstitucionalidade das chamadas "leis do perdão", que por quase 20 anos protegeram centenas de militares de responderem por crimes como assassinatos, torturas e seqüestros cometidos durante a última ditadura militar (1976-83). Foram 7 votos a favor e 1 contra. Um juiz se absteve. Especialistas estimam que centenas de processos contra repressores tenham sido arquivados por conta da aprovação, em 1986 e 1987, das Leis de Ponto Final e da Obediência Devida. A justificativa era que os militares não podiam ser julgados por crimes porque estariam apenas cumprindo ordens. Com a decisão de ontem espera-se que juízes comecem a reabrir as causas e que entre 300 e 400 militares e policiais poderiam ser levados agora a julgamento.

Movimentos sociais irão para as ruas contra golpismo e corrupção

A Central Única dos Trabalhadores, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e um conjunto de outras entidades organizadas em torno da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) decidiram desencadear uma mobilização nacional contra a corrupção e o espírito golpista que estaria animando os movimentos da oposição capitaneada pelo PSDB e pelo PFL. A decisão foi tomada após contatos e reuniões realizadas nos últimos dias em Brasília e São Paulo. Diante da postura defensiva e da relativa paralisia do governo Lula e da direção do PT, agravada após as denúncias do deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ), a CMS decidiu agir e colocar seu povo na rua. Mas a mobilização não envolverá um apoio incondicional ao governo Lula, defendendo mudanças urgentes nos rumos da política econômica e a implementação de uma reforma política democrática. A notícia é da **Agência Carta Maior**, 15-6-05. Segundo a agência, a percepção de que a crise atual tem

causas que estão para além do tema da corrupção também foi apontada por Luiz Marinho. O sindicalista identifica um movimento de setores do empresariado, articulado com setores do agronegócio, que está se aliando com a oposição liderada pelo PSDB para evitar um segundo mandato de Lula, com medo de que o projeto do PT e de seus aliados históricos acabe ganhando maior força do que tem agora. “Vá que o Lula desembeste no segundo mandato?”, emendou Stédile, apontando o temor que estaria na base das forças de oposição. Ele e Marinho concordaram que a única saída para Lula é romper com os setores que querem hoje fazê-lo prisioneiro. E os movimentos sociais irão para as ruas, em todo o país, tentar evitar que isso ocorra.

Presidente diz que governo vai gastar só o que pode

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva garantiu na semana passada que o governo vai manter uma política fiscal “forte”, mesmo que contrarie muitos interesses. Em discurso claramente dirigido ao mercado, Lula sinalizou que trabalhará para que as turbulências políticas não afetem a economia e fez questão de dizer que o governo precisa continuar dando sinais de credibilidade. A chamada “MP do Bem” seria um desses sinais, ressaltou o presidente ao assinar a proposta enviada ao Congresso. A notícia é do jornal **Valor**, 16-6-05. “Um outro sinal vai ser a gente caminhar para desonerar todo o investimento do país”, afirmou. “Mas um sinal forte que nós temos que dar, mesmo contrariando o interesse de muita gente, é dizer em alto e bom som que este país vai manter uma política fiscal forte, que este país vai gastar aquilo que ele pode gastar e não aquilo que os interesses eleitorais permitiriam, como é a vontade de alguns.” Empresários ligados ao Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) avaliaram que a crise política tende justamente a reforçar a linha ortodoxa da política econômica em vigor. Ontem, diante de uma platéia de empresários, Lula destacou que o ciclo de crescimento vai continuar, mesmo com as dificuldades enfrentadas. “Porque todo mundo sabe que ainda temos vulnerabilidade, todo mundo sabe ainda que para conquistar a confiabilidade de investidores não basta ter os olhos verdes ou o cabelo branco.”

As falhas no Fome Zero, segundo Frei Betto

Frei Betto, na entrevista publicada pela revista **Época**, 13-6-05, analisa o programa Fome Zero: “Houve falhas no Fome Zero. Primeiro, dois ministros em dois anos. Os Comitês Gestores, integrados voluntariamente por lideranças populares, foram constituídos em mais de 2 mil municípios em 2003. Hoje não existem mais. O pacto federativo – essa idéia esdrúxula de que a União só deve ser parceira de estados e municípios – pôs os Comitês de escanteios a partir da queda do ministro Graziano. Dizem que, agora, há intenções de resgatá-los. Creio que é demasiadamente tarde. A maior dificuldade do Fome Zero foi não ter logrado uma sinergia entre todos os ministérios. Era uma política de governo, e não do um ou outro ministério. Até o Banco Central entendeu isso. Mas a orquestra não encontrou o tom e, hoje, quando a fome se agrava, segundo o Radar Social do IPEA, cada vez mais o Fome Zero é menos falado pelo governo”.

“Saí porque não tinha mais argumentos para defender essa política econômica”, afirma Frei Betto

Falando da política econômica do governo Lula, Frei Betto, na entrevista acima citada, afirma que “desde que a economia passou a comandar a política, todo ministro da Fazenda tem muito poder. Ele joga com dados – reais ou fictícios – que sempre impressionam os governantes. Malgrado o poder do Palocci, a política econômica é uma opção do presidente. A meu ver, paradoxal em relação às metas do PPA. Como criar um mercado de massa e reduzir a

desigualdade social se a Fazenda passou a tesoura de jardineiro, este ano, em R\$ 1,7 bilhão do orçamento destinado à reforma agrária?”. E explicando a sua saída do governo, ele diz: “Saí para voltar à literatura e por não ter mais argumentos para defender em público essa política econômica mais sensível ao mercado do que ao drama dos 53,9 milhões de brasileiros (as) empobrecidos por essa estrutura social injusta”.

Argentina cresceu 8% no primeiro trimestre

O Produto Interno Bruto (PIB) da Argentina subiu 8% no primeiro trimestre de 2005 em comparação com o mesmo período do ano passado, segundo dados divulgados ontem pelo Indec (o IBGE argentino). Em relação aos últimos quatro meses de 2004, o PIB argentino avançou 0,5%. O Ministério da Economia estima que o país fechará o ano com crescimento entre 6% e 7%. No ano passado, a economia argentina cresceu 8,8%. A notícia é do jornal **O Globo**, 17-6-05.

Matrimônio homossexual. A reação da Igreja espanhola

Nem as catacumbas com Nero, nem a Revolução Francesa, nem a perda dos Estados Pontifícios. O momento “mais excepcional” da Igreja católica nos seus 2000 anos de existência estão sendo vividos pelo catolicismo espanhol por causa da legalização do matrimônio entre homossexuais, segundo o porta-voz da Conferência Episcopal Espanhola, o teólogo jesuíta Juan Antonio Martínez Camino. A notícia é do jornal **El País**, de 17-6-05. Camino expressou este juízo no dia de ontem justificando a presença do cardeal Antonio María Rouco e de outros muitos bispos na manifestação de amanhã, dia 18, em Madrid. O porta-voz qualificou a presença do cardeal-arcebispo na manifestação como uma “conduta episcopal excepcional”. Segundo ele, “estamos numa situação única na história da humanidade. A Igreja católica, nos seus 2000 anos, nunca se defrontou com nada parecido”. Segundo o jornal espanhol, nem todos os bispos compartilham dessas sombrias impressões. Os bispos catalães além de não participarem da manifestação de amanhã, também não concordam com o apoio explícito da Conferência Episcopal ao ato público deste sábado. Na semana passada, o bispo auxiliar de Barcelona, Joan Carrera, advertiu do risco de profundas divisões na Igreja católica que a participação ativa dos bispos na manifestação de amanhã pode causar. Por sua vez, a diocese de Bilbao confirmou que o bispo Ricardo Blázquez, presidente da Conferência Episcopal, não participará da manifestação. Enquanto que o bispo de San Sebastián, Juan María Uriarte, optou por participar de um ato de reconhecimento aos fundadores do grupo corporativo Mondragón no santuário de Arantzazu.

250 anos da morte de Sepé Tiaraju

Os 250 anos da morte de Sepé Tiaraju, que se completam no dia 07 de fevereiro de 2006, começam a ser lembrados já neste ano. No próximo dia 22, acontece o seminário “Sepé Tiaraju, 250 anos depois”. O conferencista será o escritor Alcy Cheuiche, autor do livro **Sepé Tiaraju**. Serão debatedores o Irmão Antonio Cechin, o Frei Luiz Carlos Susin, e a pesquisadora Eliana Inge Pritsch. O seminário começa às 19h, no auditório Dante Barone da Assembléia Legislativa, em Porto Alegre. Após 250 anos da morte de Sepé, movimentos sociais, intelectuais, universidades estão se organizando para realizar uma série de eventos e mobilizações em 2006, para marcar o Ano de São Sepé. O seminário do dia 22 de junho é o primeiro passo das comemorações.

[\(Voltar ao índice\)](#)

Frases da semana

Fim de um ciclo da esquerda brasileira

"Estamos assistindo ao fim de um ciclo na existência da esquerda brasileira, um ciclo que não deixa legado teórico, político ou moral. Resta saber como e quando ela se recomporá. Seja como for, o PT pertence ao passado" – **César Benjamin**, editor, autor do livro **A opção brasileira** e membro da coordenação nacional da Consulta Popular – **O Estado de S. Paulo**, 19-6-05.

"O que me preocupa, acima de tudo, é a ameaça de ver o governo terminar no próximo ano sem deixar um legado ao país. Isso é péssimo" – **Cristóvam Buarque**, senador – PT-DF – **O Estado de S. Paulo**, 12-6-05.

"Os rumos do PT estão equivocados. Ou, quem sabe, o PT perdeu o rumo. Quando digo isso me refiro ao caminho que o PT traçou na sua origem e do qual se distanciou muito. Era um partido com um sentido, tinha um norte" – **Plínio de Arruda Sampaio**, ex-deputado constituinte – PT-SP – **O Estado de S. Paulo**, 12-6-05.

"Estão brincando com coisa séria, com a esperança do povo, que acorda cedo para viver e que é teimoso. Mas eu temo que a esperança se vá, e aí nós não sabemos o que pode acontecer" – **D. Mauro Morelli**, bispo emérito de Duque de Caxias – **Folha de S. Paulo**, 13-6-05.

O desencanto

"Em 1964 perdemos a inocência, em 1968 perdemos a ilusão, e agora estou fazendo de tudo pra não perder a esperança! (pausa) Não sou político. Minha adesão ao PT é ética. Por isso mesmo o desencanto" – **Zuenir Ventura**, jornalista – **Jornal do Brasil**, 19-6-05.

"Vivemos a crise do desencanto" – **Chico Alencar**, deputado federal – PT-RJ – **O Estado de S. Paulo**, 12-6-05.

"Em geral, na universidade o clima é de decepção e de perda de credibilidade muito forte do PT. Isso não se manifesta de forma explícita, mas há uma espécie de desilusão surda percorrendo o ambiente universitário" – **Francisco de Oliveira**, sociólogo – **Folha de S. Paulo**, 19-6-05.

Jefferson e José Dirceu

"Se você não sair daí rapidamente, vai fazer de réu um homem honrado que é o presidente Lula. Saia daí rápido" – **Roberto Jefferson**, deputado federal e presidente do PTB – **Valor**, 15-6-05.

"O mensalão é uma estratégia maquiavélica pensada pelo José Dirceu, o José Genoíno e o Delúbio (Soares)..." – **Roberto Jefferson**, deputado federal – PTB-RJ – **Jornal do Brasil**, 19-6-05.

Cheque pré-datado

"Na política não tem cheque pré-datado, nem contrato escrito, nem nota promissora, vale a palavra. E o PTB honrou a palavra sempre que assumiu o compromisso com o governo" – **Roberto Jefferson**, deputado federal e presidente do PTB, explicando por que Lula disse que lhe daria cheque em branco – **O Estado de S. Paulo**, 15-6-05.

Golpismo

"O problema para a oposição é que o Brasil está firme e forte. Para desestabilizar o governo e derrotar o PT, é preciso fabricar uma crise. É nessa crise que a oposição aposta todas as suas fichas" – cartilha do PT intitulada "Respostas que não podem calar" - **O Estado de S. Paulo**, 15-6-05.

Crise de abstinência

"Os passarinhos estão todos de biquinho aberto nessa Casa. É síndrome de abstinência. O presidente Lula é inocente nisso. A reação dele é a reação do traído" - **Roberto Jefferson**, deputado federal e presidente do PTB - **Valor**, 15-6-05.

Povão ficou fora da governabilidade

"Constrange-me ver o governo do PT sustentado, em parte, por partidos de aluguel. O PTB e o PP representam tudo aquilo que o PT historicamente sempre repudiou, embora nos dois partidos haja parlamentares honrados. Pena que o povão, que entupiu a Esplanada dos Ministérios na posse de Lula, tenha ficado fora da governabilidade" – **Frei Betto** - **Época**, 13-6-05.

Lula e José Dirceu

"Lula, eu só erreí numa coisa: deveria ter saído no caso Waldomiro" – **José Dirceu** - **O Globo**, 17-6-05.

"Ele teve grandeza. Estou perdendo o meu braço direito" – **Luiz Inácio Lula da Silva**, presidente da República, referindo-se a José Dirceu - **O Globo**, 17-6-05.

[\(Voltar ao índice\)](#)

EVENTOS IHU

Sítio do IHU tem atualização diária

Em formato inovador, desde 18 de abril, o sítio do Instituto Humanitas Unisinos (IHU) tem, na atualização constante, uma de suas maiores diferenças em relação à versão antiga. Disponível pelo endereço www.unisinos.br/ihu, a página é um instrumento de divulgação das atividades oferecidas pelo Instituto e do conhecimento num contexto mais amplo.

Para isso, uma equipe de três pessoas divide-se nas tarefas do sítio. Assim houve um incremento na dinâmica das atualizações, realizadas através do software livre Mambo, cuja plataforma de dados é de fácil entendimento e operação. O resultado é uma página sempre nova e diferente, atraindo o internauta para retornar em outras oportunidades.

Notícias Diárias segue com bom público

O link Notícias Diárias, apresentado na página de rosto do sítio, continua sendo bastante procurado. De acordo com as estatísticas, foram, aproximadamente, 26.897 acessos no mês de maio.

Nessa editoria, o internauta acompanha notícias produzidas e atualizadas nas primeiras horas do dia, de segunda a sexta-feira, e, com frequência, aos sábados e domingos. Quem preferir,

pode preencher um cadastro no sítio do IHU e receber a newsletter com as notícias no seu e-mail. Atualmente, centenas de pessoas compõem essa lista de recepção.

As matérias são redigidas com base em jornais nacionais e internacionais, levando em conta, principalmente, os três eixos temáticos que fundamentam o IHU: Ética, Trabalho e Teologia Pública. Assuntos relacionados às publicações e eventos oferecidos pelo IHU também merecem destaque. O link Notícias Diárias é feito em parceria com o Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (CEPAT), com sede em Curitiba – PR.

Novo conceito visual e publicações para download

O layout recebeu atenção redobrada na proposta do sítio atual. O resultado é um aspecto mais clean e, além disso, mais funcional, facilitando a vida do internauta através de numerosos links. Essa preocupação demonstra claramente que os conceitos de navegabilidade e hipertexto, ambos imprescindíveis num ambiente web, são levados em conta na hora de pensar e produzir o sítio.

As publicações do IHU estão disponíveis para download no link Publicações. Trata-se do IHU On-Line, Cadernos IHU, Cadernos IHU em Formação, Cadernos IHU Idéias, Cadernos Teologia Pública e Multitextos. Com este recurso o acesso ao material torna-se mais rápido e simples.

Dois novos serviços online entram em operação

O diferencial no link Serviços On-Line fica por conta de duas novidades: a Oração On-Line e os Pedidos de Oração. Pelo link Oração On-Line é possível acessar uma página que traz preces virtuais, convidando à reflexão e interiorização. Os Pedidos de Oração oferecem a possibilidade de solicitar preces, que são realizadas pelas irmãs do Carmelo Nosso Senhor dos Passos, em São Leopoldo.

O Atendimento Espiritual, serviço disponível já na época do sítio anterior, continua existindo. Por meio de um formulário de contato, o internauta solicita orientação pessoal a uma equipe de padres e irmãs. Oferecer acolhida e acompanhamento ao ser humano, integrando seus diferentes aspectos, é o principal objetivo do Atendimento Espiritual.

Eventos do IHU recebem destaque

Com fotos e links destinados a aprofundar o assunto a ser abordado, os eventos promovidos pelo Instituto Humanitas Unisinos (IHU) ganham evidência na página principal do sítio, sob o nome de Eventos em destaque. Cada um dos eventos é apresentado, particularmente, com informações básicas para os participantes.

O internauta pode saber em detalhes o que se passa na agenda do IHU pelas entrevistas com os palestrantes dos eventos ou com textos redigidos por eles, assim como, principalmente, pelo acesso à revista semanal IHU On-Line,

Revista IHU On-Line tem página própria

Na proposta de renovação do sítio do IHU, foi criada a página da revista semanal do Instituto, a **IHU On-Line**. O endereço www.unisinos.br/ihu exhibe, todas as terças-feiras, a partir das 19h, uma versão online da publicação. As editorias da revista são divididas em links de nomes idênticos, facilitando a localização dos conteúdos.

Os arquivos da revista para download continuam disponíveis, tanto na página do IHU quanto na página do **IHU On-Line**. Basta entrar no link Publicações do IHU, ou clicar sobre os ícones com a figura de capa da semana em ambos os sítios. Há opção para download em arquivos de

Word (doc) e Adobe Acrobat (PDF). Tudo para facilitar a vida do internauta, garante a equipe do sítio.

IHU Idéias

ARTE : VERSO E REVERSO

O título acima será o tema da próxima edição do evento **IHU Idéias**, a ser realizado dia 23 de junho, quinta-feira, das 17h30min às 19h, na sala 1G119, junto ao IHU. Quem conduz a temática é a professora Prof.^a MS Rosicler Ferretto Barbosa, da Unidade de Ciências Humanas da Unisinos. Maria Rosicler Ferretto Barbosa é graduada em Belas Artes pela Feevale, especialista em História das Artes e em Alfabetização, e mestre em Educação pela Unisinos. Sua dissertação intitula-se *Currículo e Ensino da Arte - arte-educação nos espaços de ateliês de pintura*. A professora Rosicler ministrou o minicurso *A educação do olhar* no dia 17 de maio de 2005, durante o Simpósio Internacional **Terra Habitável: um desafio para a humanidade**, promovido pelo IHU de 16 a 19 de maio de 2005. Confira, a seguir, a entrevista que a professora concedeu ao **IHU On-Line** na última semana, por e-mail.

IHU On-Line – Que aspectos principais serão abordados na apresentação do tema "Arte: verso e reverso"?

Maria Rosicler Ferretto – Nesta entrevista, menciono apenas parte do que penso sobre um tema amplo e complexo como a arte, principalmente em se tratando dos espaços da arte na educação, especialmente na escola. Todos os leitores do IHU, certamente lembram de suas aulas de arte na escola que frequentaram. Quais lembranças ficaram registradas? Quais conhecimentos foram construídos? Quais vivências permearam este ensino? Conheceram algum artista, mesmo que não fosse famoso, como algum artista do bairro onde ficava sua escola? Visitaram o museu de sua cidade? Estas são algumas questões que podem nortear os caminhos do ensino de arte na escola. Tais caminhos influenciam e determinam a construção de nossas compreensões, conceitos, gostos, estética e valores em relação à arte. Refletir, relembrar e identificar as pedagogias que nortearam seu ensino na escola é caminho para problematizá-las, repensando suas estratégias e diretrizes nos tempos atuais.

IHU On-Line - Como arte e educação se combinam na contemporaneidade? Quais as experiências, nesse sentido, mais significativas, que destacaria?

Maria Rosicler Ferretto – Para que serve a arte? Qual seu lugar nos currículos escolares? O que aprendemos sobre arte na escola atualmente? Qual o currículo, quais os conteúdos? Essas são questões importantes para pensarmos arte e educação. Se, por exemplo, nossas crianças, adolescentes e mesmo universitários interagirem com obras locais, como as do Mai¹², artista plástico leopoldense, ou de Antonio Berni¹³, argentino (já falecido), poderiam para além do ver, vislumbrar suas propostas políticas, denunciativas da condição dos indígenas e sua cultura no

¹² Mai Bavoso. Natural de Jundiá (SP), radicado desde 1983 em Novo Hamburgo. Pintor, artista gráfico, também atua na área de modas e calçados (Nota do **IHU On-Line**).

¹³ Antonio Berni (1905-1981), artista argentino que, de 1927 a 1929, estudou em Paris com os grandes mestres, sendo aluno de André Lhote e Othon Friesz. (Nota do **IHU On-Line**)

Brasil, em São Leopoldo, onde as crianças caigangues esmolam moedinhas nos semáforos ou meninas índias se prostituem na Rua Grande. Ou ainda com Berni que, atento à vida urbana, ressignifica o resíduo industrial em suas obras plásticas, por meio de seus personagens Juanito e Romana, que não pedem esmolas, mas reclamam justiça. Dentre os destaques educativos atuais, cito o Instituto Arte na Escola. Ele representa a caminhada dos arte-educadores desde a década de 1980, consolidando um ensino de arte centrado na formação continuada dos professores que ensinam arte.

IHU On-Line - Que aspectos seriam mais bem desenvolvidos na formação dos universitários, se houvesse uma abertura maior para as artes nos currículos das universidades?

Maria Rosicler Ferretto – A arte, além de alimentar nossa alma, alimenta nossa consciência reflexiva. Ela não responde, mas nos instiga a pensar, a questionar, a sentir, a criar novas alternativas. Através dela interagimos com o outro, o artista, que, na necessidade de comunicação de suas idéias e sentimentos, cria. Nesta interação fazemos nossas leituras. Esta é uma alfabetização, muitas vezes, ausente na escola e também na universidade. Aqui no câmpus, estamos rodeados de produções criativas. É só parar para observar a esfera d'água na área verde próxima ao IHU¹⁴ ou “ler” os painéis do Porcella¹⁵ no hall da biblioteca. E as esculturas da capela? Os autores, muitas vezes, não são anônimos, mas materializam-se em suas criações. São estes alguns dos espaços de sensibilidade, que nos remetem à nossa humanidade, à nossa condição de ser.

IHU On-Line - O que caracteriza a criação artística atual, no Brasil e no mundo?

Maria Rosicler Ferretto – Se olharmos, por exemplo, as Bienais do Mercosul, deparamo-nos com dois verbos que definem e articulam a proposta do papel educativo destas Bienais: diálogo e aproximação com as obras, mas munidos de uma atitude poética reflexiva e crítica. As obras nos permitem e possibilitam o diálogo como um processo humano, gerador da comunicação arte e público. E aproximar, porque entre estes personagens há ainda fronteiras a serem ultrapassadas. Aproximar com o intuito de dinamizar a formação cultural como um bem simbólico, integrado à vida de todos nós, quer crianças, quer adultos, quer adolescentes.

IHU On-Line - Algum outro aspecto que não foi perguntado e deseje acrescentar?

Maria Rosicler Ferretto – A arte é uma linguagem de força estranha que ousa, que se aventura a falar de tudo, do desconhecido, daquilo que é percebido pelos sentidos, materializando os sentimentos humanos ou os diferentes olhares que o ser humano pousa sobre as coisas, tal qual a mostra do Sandro Cardoso, em março, no Espaço Cultural¹⁶. Seus ícones e as histórias que os envolvem ou as telas coloridas, gestálticas, surrealistas nos incitam

¹⁴ Trata-se do Pátio de Heráclito. (Nota do *IHU On-Line*)

¹⁵ Paulo Porcella é artista plástico e instrutor de arte. É graduado e pós-graduado em Artes Plásticas. Já recebeu diversos prêmios. Seu site pessoal na internet é <http://geocities.yahoo.com.br/pauloporcella/Home/default.htm> (Nota do *IHU On-Line*)

¹⁶ O artista Sandro Cardoso realizou a exposição de quadros “Espiritualidade e Simbologia Cristã”, que teve como tema *Ressurreição*, de 3 a 31 de março de 2005, no Espaço Cultural do Instituto Humanitas Unisinos, durante a programação do evento **Páscoa: passagem para a Liberdade**, promovido em março deste ano pelo IHU. Sobre a exposição, o leitor pode conferir uma entrevista concedida por Sandro Cardoso ao *IHU On-Line* na 131ª edição, de 7 de março de 2005. (Nota do *IHU On-Line*)

a ver, a olhar, a perguntar-nos sobre nossa espiritualidade ou nosso lugar no planeta. Desde a pré-história, os seres humanos produzem formas visuais, utilizando símbolos particulares, constituídos socialmente para exprimirem mundos subjetivos e objetivos. Esta vontade, este impulso de comunicar o universo nos acompanha até hoje. O ensino de arte na escola deveria, através de intervenção pedagógica desafiadora, desencadear, nos alunos, leituras e expressões plurais sobre o mundo, permitindo que por meio da arte nos posicionemos perante o mundo que temos e o mundo que queremos.

Sala de Leitura

O livro **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia** será tema de estudo da próxima edição do evento **Sala de Leitura**, promovido pelo IHU hoje, dia 20 de junho, das 17h30min às 19h, na sala 1G119, junto ao IHU. Quem apresenta a obra é um dos organizadores, Valério Cruz Brittos, que trabalhou em parceria com César Ricardo Siqueira Bolaño, e a Prof.^a Dr.^a Cosette Espíndola de Castro. Valério e Cosette são professores nas Ciências da Comunicação da Unisinos. Ele é doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde defendeu a tese intitulada *Capitalismo contemporâneo, mercado brasileiro de televisão por assinatura e expansão transnacional*. É editor do periódico acadêmico *Eptic On line-Revista Electrónica Internacional de Economía Política de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación* (www.eptic.com.br) e presidente do Capítulo Brasil da Unión Latina de Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura (ULEPICC-BR). Valério é também autor de **Recepção e TV a cabo: a força da cultura local** (São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001) e organizador de **Comunicação, informação e espaço público: exclusão no mundo globalizado** (Rio de Janeiro: Papel & Virtual, 2002). Valério Brittos apresentou o evento **IHU Idéias** de 30 de outubro de 2003, com o tema *Produção regulamentação: as barreiras da televisão*. Sobre ele, concedeu a entrevista TV digital mais governo Lula pode resultar em democratização, publicada na 81ª edição do **IHU On-Line**, de 27 de outubro de 2004.

Cosette Espíndola de Castro é professora na Unidade de Ciências da Comunicação da Unisinos e coordenadora de Estágio e Pesquisa na TV Unisinos. Graduada em Jornalismo pela Universidade Católica de Pelotas, Cosette é mestre em Comunicação pela PUCRS, com a dissertação *Tropeçando no Espelho - um estudo sobre a Comunicação Sindical*, e doutora em Jornalismo e Comunicação pela Universidad Autónoma de Barcelona, na Espanha, tendo sua tese o título *Marcas Multiculturales en Gran Hermano - los casos de España y Portugal*. A professora apresentou o tema *As estratégias de sedução das audiências televisivas nos programas conhecidos como Reality Shows* no **IHU Idéias** do dia 9 de setembro de 2004. Na edição número 114, de 6 de setembro de 2004, a pesquisadora concedeu uma entrevista ao **IHU On-Line**, sobre o tema apresentado no **IHU Idéias**.

Publicamos, a seguir, um artigo elaborado pelo professor Valério Brittos, no qual comenta aspectos da obra que será apresentada. Confira:

GLOBO 40, COMEMORAÇÃO E FRUSTRAÇÃO Por Valério Cruz Brittos

Os 40 anos da Globo ficaram muito aquém daquilo que a principal rede de televisão do país poderia ter legado aos seus milhões de telespectadores. De um lado, foi só autolouvação, sem nenhum espaço para debate, reflexão e crítica sobre o papel deste grupo de comunicação na vida dos brasileiros. Nem uma matéria no *Jornal da Globo*, propondo um mínimo de questionamento ou controvérsia, muito menos um *Globo Repórter* para discutir a sua influência

política, econômica e social. De outro lado, a festa das quatro décadas da Globo foi frustrante: embora tivesse conhecimento acumulado e elenco milionário para produzir um show televisivo sem precedentes, legou um conjunto de momentos mal colados, protagonizados por apresentadores pouco à vontade com o ao vivo (onde o papel principal ficou com o *teleprompter*) e coadjuvados por uma platéia fria e constrangida.

Talvez o que, em alguma medida, a Globo e seus colaboradores se questionem é o que comemorar. É notório o império de comunicações – e de poder político-econômico – construído por Roberto Marinho, com a concorrência de trabalhadores de diversas ordens, além do apoio de grupos como o então *Time-Life* (que forneceu o capital necessário à impulsão das estratégias dos anos de lançamento daquela aventura televisiva, numa operação explicitamente ilegal) e da ditadura militar que governou o País de 1964 a 1985, num conluio de interesses poucas vezes tão coincidente e duradouro. Mas também é verdade que, principalmente, nos últimos 10 anos, este conglomerado vem apresentando nítidos sinais de cansaço, perdendo audiência em sua operadora televisiva aberta (com a recuperação no triênio final) e imersa em uma dívida – da *holding* do grupo – com sérias repercussões internacionais.

Hoje os problemas enfrentados pela Globo são muitos, ligados a elementos que podem ser resumidos no esgotamento de seu padrão de qualidade, principalmente porque seu diferencial (recursos humanos, tecnologia e capital) tem sido, em parte, assimilado pelas demais redes, ao mesmo tempo que o telespectador da televisão aberta demonstra interesses por outros padrões de fazer audiovisual (crescendo a preferência pelos produtos popularizados, já que, tendencialmente, os segmentos socioeconômicos mais altos da população vão migrando para a TV por assinatura). Na transformação do mercado televisivo no Brasil, aparecem novos atores e fortalecem-se outros, permitindo o crescimento das demais redes já existentes e desafiando-se a líder, a Globo, que hoje mantém a primeira colocação na área de TV aberta, enfrentando muita contestação dos opositores, em vários horários.

Já a capitalização necessária para fazer televisão num patamar capaz de atrair grandes públicos – que na década de 1970 era exclusiva da Globo, ante uma Tupi perdida entre desmandos administrativos, falta de articulação entre suas unidades e um enorme passivo, que, inflado por motivação política, o levou à cassação – no presente é partilhada por grupos como o SBT e, em especial, a Record, cuja fonte de recursos extramidiáticos revela-se de um potencial capaz de, continuamente, injetar recursos, sem preocupação de retorno direto imediato. Estes movimentos, que devem ser lidos como manifestações da reordenação capitalista, processada a partir das décadas finais do século XX, não engessaram as Organizações Globo, que souberam articular-se e conquistar posições em outros setores. A questão é que estas dinâmicas nem sempre atenderam a melhor racionalidade de gestão, levando a um endividamento e, como sempre, à busca pelo apoio estatal para sair da crise, desta vez não concretizado. Mas tudo isso passou ao largo das comemorações dos 40 anos.

I Ciclo de estudos Repensando os Clássicos da Economia

A Prof.^a Dr.^a Leda Maria Paulani, professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP e presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) estará na Unisinos esta semana, convidada pelo IHU, participando do **I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia**. O evento acontecerá no próximo dia 23 de junho, quinta-feira, das 14h às 17h, na sala 1G119, junto ao IHU. Na ocasião, ela abordará tema *A utopia de um novo paradigma para a economia*, com base em Karl Marx. Leda Paulani é doutora em Teoria Econômica pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da USP com a tese

intitulada *Do Conceito de Dinheiro e do Dinheiro como Conceito*. Paulani também obteve livre-docência pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, com a monografia *Modernidade e Discurso Econômico*. É autora de diversos livros, entre os quais **A Nova Contabilidade Social** (São Paulo: Saraiva, 2000) e o recém-lançado **Modernidade e discurso econômico** (Boitempo Editorial), livro no qual analisa as raízes filosóficas e ideológicas do que chama de doutrina neoliberal. De Leda Paulani publicamos uma entrevista na 144ª edição do **IHU On-Line**, de 6 de junho de 2005, e um artigo na 145ª edição, de 13 de junho de 2004.

Confira, na matéria de capa da presente edição, uma entrevista exclusiva com a professora, na qual analisa a conjuntura nacional atual e fala sobre o tema do evento que apresentará na próxima quinta-feira.

[\(Voltar ao índice\)](#)

IHU REPÓRTER

Jandira Catarina Schweinberger Back

*O setor de Serviço de Atenção ao Acadêmico da Unisinos conta com a colaboração dedicada da funcionária Jandira Back, que trabalha na Universidade desde 1987. Na edição de hoje, ela conta ao **IHU On-Line** sua história de vida, definindo-se como uma pessoa amiga, tranqüila, honesta e disposta a sempre ajudar as pessoas. “Também sou muito sentimental e emotiva, cuido para não demonstrar essa minha fragilidade”, conta. Um dos defeitos de Jandira é ser um pouco teimosa e ter mania de limpeza e organização.*



Origens, infância e valores – Sou de origem alemã. Meu avô paterno veio da Alemanha na época da Segunda Guerra Mundial, constituindo aqui nossa família. Nasci no município missioneiro de Cerro Largo, localizado a 60 quilômetros da fronteira com a Argentina. Meu pai é agricultor e minha mãe sempre cuidou da casa. Sou a mais velha de sete filhos, que vieram em uma sequência com diferença de um pouco mais de um ano entre um e outro. Quando crianças, éramos uma “escadinha”. Tive uma infância muito tranqüila. Lembro que eu não gostava muito de brincar de boneca. Achava legal brincar em lugares abertos, nos campos de futebol, andar de carrinho de lomba e de bicicleta. Meus pais me ensinaram a importância de ser honesta, sincera e verdadeira.

Formação – Estudei do pré até a 4ª série do ensino fundamental na Escola Municipal Isabel Norte, que ficava próxima da nossa casa, no interior de Cerro Largo. Depois me mudei para a casa do meu avô materno, que morava perto da Escola Municipal São Francisco, onde cursei a

5ª e a 6ª série. Da 7ª à 8ª série, estudei na Escola Estadual Júlio de Castilhos na localidade de Salvador das Missões. Quando terminei o ensino fundamental, meu tio Geraldo Schweinberger¹⁷, que morava em São Leopoldo, me convidou para ir morar na casa dele e da esposa para ajudar a cuidar da filha pequena deles. Eu cuidava da Carla em um turno e estudava no outro. Cursei todo o ensino médio na Escola Estadual Pedro Schneider. Depois de morar por mais de um ano na casa do meu tio, passei a dividir um apartamento no centro da cidade com outras pessoas que estudavam na Unisinos. Em 1987, fiz vestibular para Informática na Universidade, mas não passei. Logo em seguida, passei no vestibular para o curso de Ciências Sociais, mas, em seguida, troquei para Relações Públicas, curso que tive prazer em concluir no ano passado. Atualmente, faço curso de alemão no Instituto de Idiomas Unilíngüas, da Unisinos, e planejo em breve fazer o MBA em Gestão de Pessoas, também na Universidade.

Profissão – Meu primeiro emprego foi como secretária da direção da empresa de transportes Central S/A, de São Leopoldo, de novembro de 1986 a janeiro de 1987. Foi quando uma amiga, que já trabalhava na Unisinos, me disse que eu poderia preencher uma ficha de interesse para trabalhar na Universidade. Após preencher e entregar a ficha fui chamada para uma entrevista com a assistente social e para um teste psicológico. Logo em seguida, me chamaram para trabalhar na Unisinos. Comecei no setor de Protocolo Geral, onde fiquei durante alguns anos. Depois fui para a Central de Serviços por mais alguns anos. Trabalhei na Central de Eventos por algum tempo e hoje estou no Serviço de Atenção ao Acadêmico (SAAc). Como o próprio nome já diz, o setor oferece uma atenção especial aos alunos que precisam de apoio, em vários segmentos. Trabalho com assistentes sociais e gosto muito do que faço. Sinto que tenho facilidade no trato com as pessoas.

Família – Sou casada com o Paulo há 17 anos e temos uma filha de 16, a Gabriela. Conheci o Paulo no apartamento de estudantes onde morei por um tempo. Depois que minha família ficou sabendo que estávamos namorando, tive que voltar para a casa do meu tio Geraldo. Depois de namorar por um tempo, nos casamos e somos felizes. Nós tivemos outra menina, a Emanuela, que faleceu por motivo de doença com 10 meses de vida. Ela hoje teria 7 anos. Foi uma situação que marcou muito, mas tivemos que aceitar, levantar a cabeça e reagir por causa da Gabriela, que era pequena e precisava de nós. A Gabriela termina o Ensino Médio, no Colégio Concórdia, este ano, e está se preparando para o vestibular, embora com muitas dúvidas referentes ao curso que deseja fazer.

Autores – Guimarães Rosa e Rubem Alves.

Livros – Na época em que a Emanuela faleceu, eu li alguns livros espíritas que me ajudaram a superar e amenizar a dor. Entre eles eu citaria ***Violetas na Janela***, da Vera Lúcia de Carvalho, e ***Pelo amor e pela dor***, do Rick Medeiros. Outro livro interessante foi um que consultei para o meu trabalho de conclusão, intitulado, *Relações Humanas na família e no trabalho* do Pierre Wiesel.

¹⁷ Geraldo Schweinberger foi professor na Unisinos e colaborador do Instituto Humanitas Unisinos (Nota do ***IHU On-Line***).

Filmes – *Amor além da vida*, de Vincent Ward, e *Amor sem fronteiras*, de Martim Compbell.

Um presente – O gesto de presentear já é um presente, independente do objeto em si. Mas adoro receber flores.

Um sonho – Ir para a Alemanha em busca das minhas origens, conhecer pessoalmente o lugar onde minha família começou. Outro sonho é fazer o MBA Gestão de Pessoas.

Momentos marcantes – A história da Emanuela me marcou profundamente. Os nascimentos das minhas duas filhas foram momentos muitos felizes. A minha formatura também me marcou bastante. Um passeio em família, nas férias passadas, foi muito especial. Saímos sem rumo, sem destino certo, passamos por Morro dos Conventos, Gravatal, Serra do Rio do Rastro e várias ilhas de Florianópolis. Sou um pouco aventureira e gosto de roteiros sem compromisso.

Nas horas livres – Assistir a filmes, escutar música, ir ao cinema, passear no shopping, caminhar e ficar em família.

Unisinos – Tenho uma admiração muito grande pela Unisinos. Praticamente, metade da minha vida passei aqui dentro. Convivendo nesse vai-e-vem entre casa e Unisinos, por estes anos, acredito que se tornou extensão da minha casa. Tenho muito prazer de vir todos os dias para a Universidade. As mudanças que estão ocorrendo hoje, acredito, são frutos de muitos anos de trabalho, estudo e pesquisa. Acho a Unisinos uma instituição bastante corajosa e ousada pela forma como vem conduzindo suas ações na vontade de acertar. É o momento de cada um fazer a sua parte para que possamos chegar ao resultado desejado. Quando nos unimos em prol de um objetivo, tudo pode dar certo. Eu acredito e torço por mais este desafio da Universidade.

Instituto Humanitas Unisinos – É um setor muito importante. A Unisinos hoje está voltada para um trabalho mais objetivo e técnico e o Instituto Humanitas entra em contrapartida, buscando resgatar o aspecto das relações humanas. No IHU, as pessoas podem, inclusive, buscar ajuda espiritual por meio do serviço de atendimento espiritual oferecido. Isso é muito importante, pois no mundo de hoje as transformações são grandes e rápidas, trazendo inseguranças e preocupações para as pessoas. O IHU tem uma ligação muito forte com a missão da Unisinos. Por mais mudanças que estejam acontecendo, a missão da Universidade se mantém e deve ser respeitada. O IHU traz isso sempre presente com suas ações.

[\(Voltar ao índice\)](#)

Cartas do Leitor

Aos criadores e alimentadores do IHU:

Muito esclarecedor o **IHU On-Line** nº. 144, que versa sobre Responsabilidade Social Empresarial. É uma temática muito utilizada, a partir das mais variadas interpretações pelo mundo empresarial, e ao mesmo tempo, bastante desconhecida pelas organizações da sociedade civil. Por isso a importância do IHU ter tratado deste tema. Com base neste conceito,

muitas empresas passaram a captar, nestes últimos cinco anos, recursos oriundos da cooperação internacional, que anteriormente eram destinados às ONGs e movimentos sociais. O discurso das agências de cooperação é de que o mundo empresarial consegue mostrar os resultados, que nós ONGs e movimentos, não temos tido capacidade de mostrar. É fundamental que as organizações do campo democrático popular se apropriem desta discussão, e o IHU tem dado esta grande contribuição. Parabéns.

Moema Hofstaetter - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (Deser) - Curitiba/PR

EXPEDIENTE:

IHU On-Line é uma publicação semanal do Instituto Humanitas Unisinos – IHU –, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Diretor do IHU: Prof. Dr. Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br). Diretora Adjunta: Profª Dr.ª Híliana Reis (hiliana@icaro.unisinos.br). Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br). Redação: Inácio Neutzling, Sonia Montañó (soniam@unisinos.br), Pedro Luiz S. Osório (posorio@bage.unisinos.br) Mtb 4579, e Graziela Wolfart (grazielaw@unisinos.br). Revisão: Profª Mardilê Friedrich Fabre (mardile@unisinos.br). Consultoria: Agência Experimental de Comunicação (AgexCom). IHU On-Line circula às 2ªs feiras via e-mail e pode ser acessado no sítio www.unisinos.br/ihu. Sua versão impressa circula na Unisinos terças-feiras pela manhã, a partir das 8h. Endereço: Av. Unisinos, 950 – São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuonline@unisinos.br. Fone: 51 591.1122 – Ramais 4121 ou 4128. E-mail do IHU: humanitas@unisinos.br. Ramais: 1173 e 1195.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS